

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O Trabalho Social na habitação de interesse social: um caminho
entre a política habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida
em Santa Maria/RS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Fabiane Pereira Prestes

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**O Trabalho Social na habitação de interesse social: um caminho
entre a política habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida
em Santa Maria/RS**

Fabiane Pereira Prestes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientadora: Prof^a Me. Eliana Mourgues Cogoy

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Serviço Social
Curso de Serviço Social**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**O Trabalho Social na habitação de interesse social: um caminho
entre a política habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida
em Santa Maria/RS**

elaborado por
Fabiane Pereira Prestes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a Me. Eliana Mourgues Cogoy
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSM
Orientadora

Prof^o Dr^o Jairo da Luz Oliveira
Professor do Departamento de Serviço Social – UFSM
Primeiro Examinador

Santa Maria, 03 de dezembro de 2015.

“- Pai, por que a gente veio morar aqui no mangue?”. Mas, por que aqui no mangue, por que não fomos morar na cidade, do outro lado do mangue? Lá é tão bonito, tão diferente, é como fosse um outro mundo.”

Josué de Castro.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe e ao meu pai, pelo incentivo e persistência depositados em mim para lutar pelos meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e ao Pai por me guiarem e iluminarem em todos os momentos da vida, inclusive, nesta etapa difícil a qual exigiu muita perseverança.

Aos meus pais, Claudete e Vicente, sem os quais não teria sido possível a conclusão desta etapa. Obrigada pelo carinho, apoio, cuidado e incentivo na vida acadêmica. Obrigada pela compreensão nos momentos difíceis, pelo colo nos momentos de choro, pelas ausências em tempos de final de semestre e pelos sacrifícios passados em prol da minha felicidade.

Ao meu namorado, amigo, cúmplice, companheiro, Felipe. Obrigada pelo apoio, pelo colo e pelo cuidado comigo em todos os momentos pelos quais passamos ao longo desses anos.

Ao Rocky, mais uma razão para minha felicidade. Obrigada pelos olhares, por deitar ao meu lado enquanto estudava, por perceber quando eu estava cansada se debruçando sobre o material de estudo. Obrigada pelos passeios que me faziam esporecer e pela companhia diária.

Aos amigos, poucos e bons, que me proporcionaram risadas e conselhos.

Aos colegas, que ao longo de nove semestres me proporcionaram um dos melhores momentos da vida.

À minha querida orientadora, por ter partilhado todo seu conhecimento acadêmico e profissional, estimulando-me a apreender a realidade de forma crítica e propositiva, e principalmente, por ter me estimulado a desenvolver a escrita, acreditando e apostando no meu potencial.

Aos professores do curso de Serviço Social e das Ciências Sociais, que, de alguma forma, contribuíram para meu aprendizado.

À Universidade Federal de Santa Maria, pelo ensino público e de qualidade.

À Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria, a qual me acolheu com muito carinho durante dois anos e proporcionou-me o campo de estágio.

À Assistente Social Angela, que me acolheu carinhosamente e dividiu comigo seu espaço de trabalho proporcionando-me o conhecimento e o envolvimento em seu trabalho desenvolvido na Secretaria de Habitação.

Às assistentes sociais Sabrina e Ivone pelo aprendizado e acolhimento.

Aos usuários da Secretaria de Habitação, sem os quais o estágio não poderia ser realizado. Em especial, aos moradores do Residencial Dom Ivo Lorscheiter que me receberam de braços abertos e permitiram que o estágio curricular fosse desenvolvido nesse espaço. Muito obrigada pela confiança creditada em meu fazer profissional.

A todos, meu muito obrigada!

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Serviço Social
Universidade Federal de Santa Maria

O Trabalho Social na habitação de interesse social: um caminho entre a política habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida em Santa Maria/RS

AUTORA: FABIANE PEREIRA PRESTES
ORIENTADORA: PROF. ME. ELIANA MOURGUES COGOY

Data e local da defesa: Santa Maria, 03 de dezembro de 2015.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o relato de experiência de Estágio, desenvolvido na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, no período de agosto de 2014 a julho de 2015, pela acadêmica do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria. Este trabalho tem por objetivo sistematizar as vivências no campo de estágio, percorrendo a trajetória da política habitacional brasileira e a implementação e importância do Trabalho Social em empreendimentos de interesse social. O trabalho discorre acerca do projeto de intervenção, em que foi realizado um acompanhamento de algumas famílias moradoras de um dos residenciais subsidiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. O projeto foi elaborado e executado pela acadêmica por meio de visitas domiciliares e aplicação de questionários. Todos estes processos de trabalho integram teoria e prática, vivenciadas pela acadêmica durante o período de estágio.

Palavras-chaves: Política Habitacional. Política Habitacional de Interesse Social. Programa Minha Casa Minha Vida. Trabalho Social.

ABSTRACT

The present Final Course Assignment approaches the experience of the internship developed on the Fundiary Regulation and Municipal Habitation Office, on the period from August 2014 to July 2015, by the Social Work academician of the Santa Maria Federal University. This paper has as a goal systematizing the internship field experience, following the Brazilian habitation policy and the Social Work implementation and importance on social relevant enterprises. The paper discourse over the intervention project, that was accomplished during the accompanying of some families that live in one of the residential subsidized by the Minha Casa, Minha Vida governmental program. The project was elaborated and executed by the academician by home visits and surveys application, all these processes integrate theory and practice experienced by the academician during the internship project.

Key-Words: Habitation Policy; Social Relevance Habitation Policy; Minha Casa, Minha Vida Program; Social Work

Sumário

Capítulo 1 - INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo 2 – BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA.....	13
2.1– O Interesse Social a partir dos programas de habitação popular.....	13
2.2 – O contexto habitacional em Santa Maria.....	19
Capítulo 3 – A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO.....	24
3.1 - Apreensão da questão social na área da habitação	24
3.2 – O Serviço Social na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária em Santa Maria.....	29
Capítulo 4 – A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SANTA MARIA.....	35
4.1 – O Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida	35
4.2 – A experiência vivenciada durante o estágio curricular e a correlação com o Trabalho Social no Residencial Dom Ivo Lorscheiter.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
APÊNDICES.....	62
ANEXOS	78

Capítulo 1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultante da experiência dos Estágios curriculares I e II na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria/RS com alguns usuários do Residencial Dom Ivo Lorscheiter. Esta monografia objetiva apresentar um estudo do trabalho social e a trajetória da política habitacional brasileira em Santa Maria/RS com ênfase na modalidade I do Programa Minha Casa Minha Vida, além de permitir uma reflexão sobre o Serviço Social na instituição em que foi desenvolvido o estágio e as demandas dos usuários oriundas das diversas expressões da questão social na área da habitação.

Durante o período de estágio, foi necessário acompanhar alguns dos moradores pertencentes ao Residencial Dom Ivo Lorscheiter, o qual foi contratado em março de 2013 pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, assinado junto à Caixa Econômica Federal, tendo seu projeto de trabalho social efetivado em outubro de 2014. Este Residencial teve suas unidades habitacionais sorteadas em novembro de 2013 e entregue aos moradores em dezembro de 2014, e, embora estivesse prevista a realização do Trabalho Social concomitantemente à entrega, esta ocorreu em agosto de 2015 neste loteamento. Devido à inserção como estagiária extracurricular nesta Secretaria a partir de outubro de 2013, e, então, ter acompanhado os beneficiários desde o sorteio do loteamento até o período após a entrega, o escolhi para desenvolver o Projeto de Intervenção e escrever este Trabalho de Conclusão de Curso.

A área da habitação escolhida para a realização do estágio foi executada através da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, tendo sido acompanhado pela acadêmica o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A partir da construção deste Trabalho de Conclusão de Curso foi possível refletir acerca da questão habitacional brasileira, seus desafios e os longos períodos em que a população com renda de até três salários mínimos permaneceu desassistida de políticas sociais nesta área. Também, para a colaboração deste estudo, foi necessário apresentar de que forma o Serviço Social encontra-se inserido na política habitacional no município de Santa Maria/RS e como a utilização do Projeto Ético-Político torna-se fundamental na garantia do direito à habitação.

Para a melhor compreensão deste Trabalho, o texto será apresentado sob a forma de quatro capítulos. Sendo abordado no capítulo 1 a introdução desta obra, no capítulo 2 a Construção da Política Habitacional Brasileira percorrendo a trajetória da política habitacional de interesse social e a política habitacional em Santa Maria/RS. Durante o capítulo terceiro será apresentado o Serviço Social inserido na política de habitação, como o assistente social percebe a questão social trazida pelos usuários da política habitacional e de que forma aplica os instrumentais técnico-operativos nesta política. E, por fim, no quarto capítulo será exposto o Trabalho Social, seus objetivos dentro do Programa Minha Casa Minha Vida e o relato da experiência do estágio curricular da acadêmica.

Após a apresentação dos capítulos, serão realizadas as conclusões sobre o texto e apresentados em forma de apêndice e anexos o material elaborado pela acadêmica para a intervenção com os beneficiários acompanhados durante o Projeto de Intervenção e os mapas e dados estatísticos sobre a população que reside no Residencial Dom Ivo Lorscheiter.

Capítulo 2 – BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA

Neste capítulo, será abordado um breve histórico da política habitacional no Brasil e como esta repercute no município de Santa Maria, desde o impulso do capitalismo a partir do século XIX, o qual acirrou a desigualdade social entre a população, intensificada com a instituição da propriedade privada, até os tempos atuais com a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida.

Nesta apresentação serão expostos os programas de governo criados, no período supracitado, com a intenção de apaziguar os ânimos dos movimentos sociais pela moradia, que ao longo da história brasileira se fizeram e ainda se fazem necessários para a conquista de direitos, assim como os programas sociais executados pelo município.

2.1– O Interesse Social a partir dos programas de habitação popular

Com a plena expansão do capitalismo no século XIX, começaram a ser refletidos no cenário urbano as expressões geradas pela questão habitacional, pois essa problemática, desde que a propriedade privada foi instituída e passou a ser tratada como mercadoria, em que inspirou a compra e venda a altos custos por quem a possui, foi o que motivou a desigualdade entre os sujeitos e o enriquecimento dos capitalistas.

No Brasil, a questão habitacional é remetida ao período da colonização, pois nessa época, conforme Lefebvre (1999) possuíam terras os que haviam tido um território cedido pela Coroa e após 1850, as terras passaram a ser vendidas. Quem já possuía não precisava adquirir, porém, o povo que ocupava as terras sem a cedência, teve que preocupar-se em prover meios financeiros para adquiri-la.

Até a década de 30, o que havia em âmbito habitacional foram as ofertas das vilas operárias e dos cortiços, sendo as vilas muito incentivadas pelo poder público, pois cediam até isenção fiscal, porém, não eram acessadas pela baixa classe média. Para as classes mais baixas eram ofertados os cortiços, porém, segundo Ribeiro e Pechman (1983), haviam normativas para que se construíssem os cortiços mais próximos aos centros da cidade e que fossem higienizados, para que os trabalhadores não fossem contaminados por alguma peste.

Para residir nos cortiços era necessário pagar um aluguel, que, tendo em vista o alto custo, aos poucos, para a população menos favorecida economicamente, cada vez mais tornou-se difícil de não atrasar ou deixar de pagá-lo. O que se teve foi que, por um lado, a classe baixa iniciava o acesso à moradia e, por outro, existia um valor monetário difícil de ser pago. Devido a esse fator, inquilinos e trabalhadores que vinham lutando para obter melhores salários e um sistema de proteção social efetivo, uniram-se para reivindicar por uma intervenção estatal em âmbito nacional.

Como forma de apaziguar os movimentos de lutas que vinham ocorrendo, em 1942 foi promulgada a Lei do Inquilinato, a qual possuiu como objetivo a isenção dos aluguéis dos cortiços.

Em 1946, o Estado passou a intervir na questão da moradia popular, voltando os olhares para as classes menos favorecidas financeiramente. Dessa forma, criou-se a Fundação Casa Popular (FCP).

Conforme Azevedo e Andrade (1982), a FCP foi uma ideia do então deputado Juscelino Kubitschek após obter conhecimento dessa alternativa iniciada por um empresário mineiro. Para desenvolver a Fundação da Casa Popular em âmbito nacional, foi necessário utilizar recursos financeiros provenientes dos Institutos de Pensão e Aposentadoria dos Industriários (IAPI). Segundo Bonduki (2001), existem registros que entre 1937 e 1964, 140 mil unidades habitacionais foram destinadas à população. Ainda com o intuito de prover moradia às classes mais baixas, com o Decreto 1281/62¹ foi fundado o Conselho Federal de Habitação.

Embora, no Brasil, 1964 retrate um período ditatorial e autoritário, para a habitação remete os primeiros incentivos de forma significativa, pois criou-se o Plano Nacional de Habitação que mais tarde instituiu o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e com a revisão monetária dos contratos dos imóveis. Nesse período, os fundos para a construção de moradias eram advindos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, que financiava casas para a classe média, e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que era o responsável pela habitação popular e o saneamento básico.

Com o BNH, a construção civil e as empreiteiras ganharam notoriedade, pois a utilização do FGTS permitia que a classe média se desenvolvesse ainda mais,

¹ Decreto que transformou a Comissão Nacional de Habitação em Conselho Federal de Habitação e deu outras providências.

continuando a classe menos favorecida desassistida. Por ser um período de ditadura militar, o BNH não fugiu da característica do autoritarismo, criando moradias de caráter uniforme e padronizado em todo o país, não respeitando a peculiaridade de cada Estado e nem da população.

Conforme Nalin (2013), aos poucos, o BNH passou a abranger o caráter de fiscalização e controle das operações realizadas, transferindo as atividades de operacionalização para as Companhias de Habitação (COHAB). Assim, cada vez mais o BNH deixava de contribuir para amenizar o déficit habitacional instaurado na população com renda de até 03 salários mínimos, já que essa faixa salarial passou a ser incorporada pela COHAB, tendo sua ênfase direcionada para os contribuintes com renda entre 03 a 05 salários mínimos.

Em 1973, com a criação do Plano Nacional de Habitação Popular instituíram-se programas que visavam às famílias com renda de até 05 salários mínimos, como por exemplo, o Programa de Erradicação da Sub-habitação, o PROMORAR, que teve também como objetivo incentivar a autoconstrução ou regularizar as áreas ocupadas de forma irregular. Segundo Silveira e Malpezzi (1991, p. 94), devido ao aumento no número de habitações irregulares e a fraqueza do BNH em solucionar as necessidades da população menos favorecida, teve-se um estímulo no aperfeiçoamento de programas habitacionais que promovessem a regularização de lotes para a construção das moradias por essas famílias. Devido ao alto índice de inadimplência e a baixa aceitação social, o Banco Nacional de Habitação teve seu fim em 1986 quando transferiu suas competências à Caixa Econômica Federal (CEF) neste mesmo ano.

Com a Constituição Federal de 1988, no âmbito da moradia, houve a definição que é responsabilidade do Estado prover condições mínimas de habitabilidade para os cidadãos, considerando uma moradia digna como sendo:

aquela localizada em terra urbanizada, com acesso a todos os serviços públicos essenciais por parte da população que deve estar abrangida em programas geradores de trabalho e renda. (BRASIL, 2000, p.12)

Ao final da década de 90, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano voltou a incentivar o financiamento de moradias através do FGTS, pois, nesse período, o governo federal, também passou a estimular a habitação, o saneamento

básico e o transporte como forma de desenvolvimento das cidades. Como agente controlador deste recurso, encontrava-se a CEF.

Embora não tenha obtido expressões significativas, nesse mesmo ano desenvolveu-se o Programa Habitar Brasil/BID custeado através de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), recursos do Orçamento Geral da União (OGU), dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Esse programa teve como meta atingir a população com renda de até 03 salários mínimos residentes em condições precárias de habitabilidade, sem acesso aos serviços básicos de infraestrutura ou moradores de áreas de risco. O Programa utilizou como componente básico o trabalho social, devendo ser aplicado durante a obra e após a entrega. A organização e execução deste programa assemelharam-se com as intencionalidades do PAC-Habitação, criado em 2007.

Todavia, o PAC encontra-se estruturado em três eixos distintos. Segundo o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, são eles:

1. Infraestrutura social e urbana: com “ações de infraestrutura social e urbana com o objetivo de enfrentar os principais desafios de pequenos, médios e grandes municípios brasileiros”. É neste eixo que se encontram, por exemplo, os programas habitacionais, as ações de mobilidade urbana, a pavimentação e o saneamento.
2. Infraestrutura logística: “tem como prioridade investir em ferrovias, rodovias, portos, aeroportos e hidrovias do país, otimizando o escoamento da produção brasileira e garantindo a segurança dos usuários. Também fazem parte deste eixo os empreendimentos do PAC Defesa, com projetos estratégicos das três Forças Armadas, e das Comunicações, cujo objetivo é ampliar o acesso à Internet em regiões remotas, aumentar a segurança na comunicação de dados e melhorar a interconectividade da rede brasileira com outros países”.
3. Infraestrutura energética: conta com “investimentos para assegurar o suprimento de energia elétrica no país a partir de uma matriz energética baseada em fontes renováveis e limpas. Promoverão também a exploração das novas jazidas de petróleo e gás natural descobertas na camada pré-sal na costa brasileira e a construção de refinarias para ampliar e melhorar a produção de derivados do petróleo

no país. Tem como áreas prioritárias a geração de energia elétrica, a transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural, marinha mercante, combustíveis renováveis, eficiência energética e pesquisa mineral”.

Somente em 2003, como resultado da pressão proveniente dos movimentos sociais através da Lei nº 10.683 é instituído o Ministério das Cidades com o papel de diminuir o hiato institucional existente na política habitacional e mediar a intersectorialidade entre as políticas de habitação, saneamento e mobilidade. Assim:

A criação do Ministério das Cidades constituiu um fato inovador nas políticas urbanas, na medida em que superou o recorte setorial da habitação, do saneamento e dos transportes (mobilidade) e trânsito para integrá-los levando em consideração o uso e a ocupação do solo. (BRASIL)

Com a criação do Ministério das Cidades em 2003, o governo federal começa a preocupar-se em amenizar a lacuna existente na política habitacional. A partir de então, desenvolve-se uma intersectorialidade entre os programas sociais, têm-se, além da habitação, a preocupação com a questão ambiental, o saneamento básico e o transporte. Para auxiliar na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em 2004 cria-se o Conselho Nacional das Cidades, que além da formulação de diretrizes para esta Política atua como órgão fiscalizador. Nesse mesmo ano, foi aprovado por este órgão a Política Nacional de Habitação (PNH) que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Gestor deste fundo.

Essa nova etapa de regulamentação federal ocasionou em uma ênfase em habitações voltadas para a população que recebe até 03 salários mínimos, que compõe a maior parte da população, instituindo o financiamento de forma menos burocratizada e de fácil acesso para este público, sendo este um dos objetivos específicos da PNH. Fazem parte dos princípios da PNH o direito à moradia digna, a gestão democrática, a articulação da habitação com as demais políticas ambientais e sociais e o tratamento da questão habitacional como uma política de Estado.

Operando de maneira descentralizada, o Ministério das Cidades, através do fomento aos municípios, criou no ano de 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento referente à habitação (PAC-Habitação) destinado primeiramente à

promoção da regularização fundiária, assim como programas de prevenção da ocupação de áreas de risco e reabilitação de áreas urbanas centrais. Em 2009, durante o segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva, têm-se outra iniciativa voltada à habitação, a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em três faixas, cujo maior investimento financeiro encontra-se voltado à faixa I do Programa com até 95% de subsídio para esse público que se vê inserido em uma situação maior de vulnerabilidade social.

Ao ser desenvolvido, o PMCMV veio para dar conta dos financiamentos habitacionais à população com renda bruta familiar de até 06 salários mínimos mensal. Entretanto, para a melhor distribuição deste financiamento, foram elaboradas três faixas ao Programa, sendo:

- Faixa I: participam as famílias com renda bruta entre zero à R\$1.600,00 mensais;
- Faixa II: participam as famílias com renda bruta a partir de R\$1.600,00 até R\$3.275,00 mensais;
- Faixa III: participam as famílias com renda bruta a partir de R\$3.275,00 até R\$5.000,00 mensais.

Além de prover seus objetivos e princípios, a Política Nacional de Habitação prevê a criação de um Sistema Nacional de Habitação (SNH) responsável por organizar os recursos para a construção de habitações advindas da União, do Estado, dos municípios e do mercado privado.

A partir de 2009, então, o Governo Federal desenvolve o Programa Minha Casa Minha Vida, responsável por financiar até 95% dos imóveis subsidiados, principalmente, através dos recursos financeiros advindos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Tem-se, então, um novo marco habitacional, em que, segundo o Ministério do Planejamento, até o ano de 2013 haviam sido entregues 1 milhão e 400 mil moradias em todo o Brasil.

Porém, no município de Santa Maria, percebe-se que a reprodução dos programas habitacionais ocorreram de forma mais lenta e em um período mais

recente, tendo o maior período de execução de política habitacional a partir de 2007, conforme será apresentado a seguir.

2.2 – O contexto habitacional em Santa Maria

Em 1973, depois de instituído o Plano Nacional de Habitação Popular, Santa Maria iniciou o desenvolvimento dos programas sociais relacionados à temática da habitação. Com o Programa Morar Melhor foram regularizados lotes para a autoconstrução de moradias ou construídas unidades habitacionais para as famílias com renda de até 03 salários mínimos residentes no município, e entre 1993 até 2001, foi este o programa habitacional encarregado de atender as famílias com essa faixa salarial.

Conforme a Lei Municipal Nº 4300/00 de 04 de janeiro de 2000 que “autoriza ao poder executivo firmar convênio com a Secretaria Especial de Habitação SEHAB/RS – POA, no âmbito do programa HABITAR/98”, aprovada na administração municipal de Osvaldo Nascimento da Silva, esta lei teve como finalidade a construção de 105 unidades habitacionais destinadas a famílias com renda de até 03 salários mínimos vigentes à época. A cláusula décima primeira, desta mesma lei é a responsável pela criação do Conselho e o Fundo Estadual de Habitação que visam estimular:

a participação da comunidade na implementação das obras e na gestão dos recursos financeiros destinados ao programa, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos.
(SANTA MARIA, 2000)

Porém, este Conselho é instituído apenas na administração municipal de Valdeci Oliveira, através da Lei Municipal 4415/01 de 05 de fevereiro de 2001.

Em janeiro de 2009, logo no início da administração municipal de Cezar Augusto Schirmer, a então Secretaria foi decretada extinta. Contudo, na mesma administração, através do Decreto Executivo Nº 065, de 1º de Junho de 2009 foi novamente instituída, sendo denominada “Secretaria de Município de Infraestrutura, Habitação e Serviços” tendo como finalidades básicas o “planejamento, a proposição e a execução das políticas relativas às obras e serviços de infraestrutura, habitação e regularização fundiária”, de acordo com o artigo 72 do mesmo Decreto.

Embora as construções habitacionais que estavam sendo construídas em âmbito nacional fossem padronizadas, neste momento, em Santa Maria, observou-se a necessidade de manter as famílias no mesmo local em que residiam irregularmente. Devido a isso, o objetivo maior foi a regularização fundiária, que, conforme o artigo 46 do capítulo III da seção I da Lei 11.977/2009:

A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. (SANTA MARIA, 2009)

Assim, é possível identificar que a regularização fundiária permite aos moradores de locais irregulares a adequação deste meio através de obras de infraestrutura, mobilidade urbana e preocupação ambiental de forma a amenizar os efeitos obtidos com as realocações da população.

Até o ano 2010, este município contava com uma secretaria responsável pela gestão dos programas sociais para a habitação, porém, não havia nome ou sede definidos e até encontrou-se em um breve espaço de tempo, extinta. Foi com a Lei Municipal Nº 5309, de 13 de maio de 2010 que é criada a atual Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF), tendo como “finalidades básicas o planejamento, a proposição e a execução das políticas públicas municipais relativas à habitação, ao saneamento e à regularização fundiária”. Este momento instável foi devido às constantes trocas de administração e diferentes áreas de atuação.

Na reforma administrativa de 2013, no segundo mandato do Prefeito Cezar Augusto Schirmer, a SMHRF incorporou às suas atribuições a implantação e fiscalização do Programa de Aceleração de Crescimento relacionado à habitação (PAC), o qual era vinculado ao Gabinete do Prefeito e hoje encontra-se migrado ao Programa Minha Casa minha Vida (PMCMV). Atualmente, a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária executa dois programas sociais habitacionais: o “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) e o Programa “Morada Feliz”, sendo este último destinado às questões relativas à habitação e à regularização fundiária e realizado em parceria com a Faculdade de Direito de Santa Maria (Fadisma).

Dessa forma, a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária tem como “finalidades básicas o planejamento, a proposição e a execução das políticas públicas municipais relativas à habitação, ao saneamento e à regularização fundiária”, além de erradicar a ocupação em áreas de risco, áreas de preservação permanente e áreas insalubres do município.

Aliar a questão habitacional às questões de mobilidade urbana e ambientais é uma preocupação da Política Nacional de Habitação (PNH) que propõe através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a construção de unidades habitacionais, a prevenção da ocupação de áreas de risco e a reabilitação de áreas urbanas centrais.

Através dos programas governamentais de interesse social, a SMHRF busca a inclusão da população em situação de vulnerabilidade social que possui renda bruta de até R\$1.600,00 mensais e que contemple os critérios federais e municipais e estimula a cidadania por meio da garantia de um dos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Porém, além de buscar o sonho da casa própria, é possível realizar requerimentos de certidão de abertura de vala e certidão de número oficial para fins de ligação de água pela rede de saneamento básico do município, realizada pela atual Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN).

O Programa Minha Casa Minha Vida, implementado pelo Governo Federal em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e, em Santa Maria, pela Administração Municipal, é regulamentado pela Portaria nº 595/2013, do Ministério das Cidades, que “dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Casa Minha Vida - PMCMV” e pelo Decreto Municipal nº 048/2013, que “estabelece critérios municipais adicionais de seleção dos beneficiários do Programa e dá outras providências”.

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – até R\$1600,00 – Recursos FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA.

O objetivo do Programa é a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.600,00. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013)

A participação neste Programa se dá através de inscrição em um sistema digital utilizado pela SMHRF. Apenas participam do sorteio os candidatos que possuem inscrição atualizada e preencherem pelo menos 01 critério de seleção

dos 06 existentes², ou que sejam idosos, que, conforme o artigo 10, inciso V, alínea c da Lei nº 8.842/1994, os programas habitacionais devem “elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular”.

As famílias devidamente cadastradas no Programa participam de sorteio e, após, as selecionadas através deste tornam-se candidatas a beneficiárias. Após a divulgação dos referidos, em um período determinado pela SMHRF, eles agendam as entrevistas, que é o momento em que levam seus documentos pessoais para que sejam enviados à CEF, quando se dá o início do processo burocrático do PMCMV. É neste momento em que se solicita ao candidato a beneficiário sua comprovação de renda, estado civil, comprovação de não possuir imóveis em seu nome e seus documentos pessoais. Nesta etapa de seleção, alguns candidatos a beneficiários desistem de uma unidade habitacional, pois, no momento da entrevista, a documentação é tamanha e, devido a prazos pré-definidos pela CEF, o tempo de aguardo é curto, e as famílias não possuem condições financeiras para apresentar tudo que lhes é solicitado.

Posterior à entrega da documentação pelos candidatos a beneficiários, os documentos são organizados sob forma de dossiês, são encaminhados à CEF, órgão responsável pela avaliação dos candidatos do PMCMV. Além da conferência documental dos dossiês, essa avaliação ocorre através do Número de Inscrição Social (NIS) gerado através da inscrição no Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico). Devido a uma parceria em âmbito municipal entre Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria de Habitação, esta última pode realizar a inscrição no cadastro único quando a família sorteada não o possui, este, é preenchido pela assistente social ou pela estagiária do Serviço Social responsável, juntamente com a assistente social, pelas entrevistas.

Criado em julho de 2001, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o Cadastro Único é um sistema informatizado e unificado de inserção de dados e tem por objetivo retratar a situação socioeconômica da população de todos os municípios brasileiros. A utilização do Cadastro Único é obrigatória e fundamental em

² São critérios federais: a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

São critérios municipais: a) titular do cadastro deve ser responsável pelo Programa Bolsa Família; b) famílias com três filhos menores de idade; e c) famílias com três ou mais filhos menores de idade.

programas sociais, pois auxilia na identificação dos beneficiários e evita a sobreposição de programas habitacionais para uma mesma família. É devido a inclusão dos candidatos a beneficiários no CadÚnico que a CEF os avalia.

Além de desenvolver programas sociais que visam amenizar o déficit habitacional, a Política de Habitação de Interesse Social, em 2010, desenvolveu como instrumento para controle de gestão os Planos de Habitação de Interesse Social (PHLIS), que, a partir deste ano, foram considerados obrigatórios para municípios com população acima de 50 mil habitantes.

Em Santa Maria se tem registro do PHLIS elaborado, contendo o planejamento municipal para a área da habitação nos próximos 15 anos, possuindo como objetivo geral:

Produzir conhecimento sobre as necessidades habitacionais locais a fim de estabelecer e orientar a política habitacional do município, nos próximos 15 anos, em sinergia com os preceitos da Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. (SANTA MARIA, 2010)

Assim, percebe-se que o PHLIS de Santa Maria possui um planejamento a longo prazo e consiste na elaboração de um estudo que aponte o déficit habitacional, estabeleça a direção dos investimentos habitacionais e ainda contribua para a redução da falta de moradia própria em âmbito local.

No próximo capítulo será possível refletir sobre como o Serviço Social relaciona-se com a política de habitação de interesse social em Santa Maria e de que forma recebe e procede com as demandas trazidas pelos usuários afetados pela falta de moradia.

Capítulo 3 – A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

Ao decorrer deste capítulo, será apresentada a questão social no meio habitacional, bem como as possibilidades de atuação do assistente social frente às demandas trazidas pelos usuários. Também será exposta a apreensão do Projeto Ético-Político do Serviço Social e de que forma ocorre a utilização dos instrumentais técnico-operativos pelos profissionais que atuam na área da habitação.

Além de realizar a abordagem na grande área, serão evidenciados, brevemente, os procedimentos utilizados pelos assistentes sociais da Secretaria de Município de Habitação em Santa Maria.

3.1 - Apreensão da questão social na área da habitação

O público-alvo atendido pela SMHRF do município são os usuários que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com renda proveniente de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou benefícios eventuais, aposentadoria, pensão alimentícia ou por morte, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, ou até como empregado formal ou informal. Esses usuários sobrevivem com renda mensal de até 03 salários mínimos, faixa salarial esta, que, desde a década de 90, é desenvolvida políticas públicas que contribuam para atingir condições mínimas de habitabilidade.

Para ter acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida, as famílias não podem ultrapassar renda superior a R\$1.600,00 mensais e não devem possuir imóvel, dentro ou fora do município, e nem qualquer tipo de financiamento, mesmo que quitado, por programas habitacionais subsidiados pela CEF. Geralmente, a procura pela participação aos programas habitacionais ocorre por iniciativa própria, mas também são realizados encaminhamentos oriundos da rede socioassistencial, de proteção social baixa, média ou de alta complexidade, pelo Gabinete da Primeira Dama ou por outras Secretarias do município, assim como pela Câmara de Vereadores.

Para que seja possível contratar uma área territorial onde será construído o Residencial, previamente é realizado um diagnóstico social contendo informações

como a localização geográfica, a rede institucional de atendimento a essa nova população, a mobilidade urbana necessária à região, o projeto social e o trabalho social. O projeto preliminar de trabalho social tem início na fase pré-obra e após a entrega do empreendimento possui, já realizado o projeto social, a intenção de promover autonomia e emancipação social com os usuários.

Para que a questão habitacional seja mais bem compreendida, é essencial entender que, a partir do surgimento da grande indústria, o que forçou com que o êxodo rural se agravasse, o espaço urbano foi modificado. As indústrias localizavam-se na periferia das cidades, e próximas a elas, a população mais abastada economicamente.

Era comum que esses trabalhadores morassem em alojamentos insalubres, sem condições higiênicas adequadas, o que resultou em um agravamento nos surtos endêmicos. Preocupada com que as doenças comprometessem a produtividade do exército industrial de reserva³, a burguesia voltou seus olhares para essas moradias, as demoliu e passou a incentivar a construção de melhores habitações a altos custos.

Para Engels (1975), essa intenção burguesa visava o aumento dos esforços da classe trabalhadora, pois, para conseguir pagar altos aluguéis em uma moradia era necessário trabalhar de forma mais intensificada. Dessa forma, percebe-se que a propriedade privada se torna a principal responsável por tornar latente as diferenças entre os homens, separando os donos das terras daqueles que necessitam vender a sua força de trabalho para alcançá-la.

Acerca do uso da terra, Marx (1980) afirma que ela é um bem natural não comercializado, porém, com o advento do capitalismo, se torna um espaço de produção e reprodução social. Embora a terra não possua valor de uso, à medida que foi incorporada ao sistema capitalista, tornou-se mercadoria, sendo que, para seu acesso, é necessária sua compra.

Dessa forma, segundo Martins (1983):

(...) assim, como o capital pode apropriar-se do trabalho, também pode apropriar-se da terra. Assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho, precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se

³ Segundo Marx, o exército industrial de reserva é composto pelo proletariado que encontra-se desempregado, e que, quando em um momento próspero do capitalismo, será ofertado trabalho a eles em troca de baixos salários.

transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital. (MARTINS, 1983, p. 160)

Assim, até hoje, é possível perceber que o acesso à terra não se dá de forma igualitária a todos, e para a população de baixa renda, esse acesso se torna mais difícil.

Após a divisão das terras e seu acesso através da compra, a população que possui baixas condições financeiras foi sendo “empurrada” dos centros urbanos, passando a localizar-se na periferia das cidades e, conforme Ribeiro e Pechman (1983) iniciaram-se as construções de cortiços para serem ofertados a essas pessoas.

Ao analisar a Constituição Federativa brasileira de 1988, é possível notar que é papel do Estado assegurar o direito à moradia. Porém, o Estado intervém na habitação de forma a incentivar a inserção da iniciativa privada em sua regulamentação, estimulando, assim, o agravamento da questão social. Para Yamamoto (1999), a questão social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (YAMAMOTO, 1999, p. 27)

Essa afirmação esclarece a divisão societária em classes, tendo, de um lado o capitalista e, de outro, o trabalhador assalariado.

No Brasil, é a partir da década de 90 que o Estado passou a promover políticas públicas de cunho habitacional, e, se existem políticas públicas, é porque existe uma parcela da população que não consegue por meios próprios prover sua subsistência.

As manifestações da questão social oriundas na área habitacional demonstram a fragilidade da população que não possui uma unidade habitacional própria. Essas expressões provêm dos moradores que possuem uma residência localizada às margens de um rio ou próximas a localidades em que existem desmoronamentos, provêm dos moradores que se abrigam em Casas de Passagem para não passarem a noite ao relento, provêm de pacientes que encontram-se internados e ao receberem alta, não podem voltar a morar em uma residência que

não oferece condições mínimas à sua saúde ou ainda provém da população que não possui condições financeiras de pagar aluguel, comer e vestir a si e aos seus filhos.

Por ser o objeto do assistente social, é nesse espaço que o profissional busca a diminuição das desigualdades sociais caracterizadas nesses sujeitos. Dessa forma, são as políticas públicas quem auxiliam a realização do fazer profissional.

Para Teles (1996):

(...) a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação. (TELES, 1996, p.85)

Por se tratar de habitações, nesse campo vemos uma forte concorrência imobiliária, o que torna ainda mais latente a contradição entre mercado e usuário, pois, quando se fala em uma moradia, tem-se de um lado uma lógica de mercado muito forte do sistema capitalista, como o lucro das construtoras, e, de outro lado, o usuário que não tem condições financeiras de adquirir uma moradia e tem um de seus direitos básicos feridos. Segundo Pinto (2004):

A intervenção do Estado acaba por estruturar a cidade e ordenar a questão habitacional em favor dos lucros da iniciativa privada. Partimos da constatação de que a questão habitacional, para ser resolvida, nos marcos do sistema capitalista, precisa enfrentar a propriedade privada da terra e os limites do mercado consumidor. Isso nos leva a concluir que a questão habitacional é intrínseca ao sistema e revela a profundidade da questão social no capitalismo. (PINTO, 2004, p. 98)

Então, um dos exemplos da questão social vinculada à habitação é determinada pela imposição do mercado imobiliário entorno da moradia, tendo na iniciativa privada o fomento pelo lucro, e na classe trabalhadora, a venda da força de trabalho como valor de troca.

Sendo a questão social o objeto de intervenção do assistente social, ele possui o dever de estar atento às diversas expressões desta materializadas sob a forma de demandas, além de garantir a efetivação dos direitos e o acesso dos usuários às informações necessárias e corretas, estimulando neles a cidadania, a autonomia e a emancipação social, conforme artigos I e III do Código de Ética do Assistente Social consolidado em 1993.

Neste campo de contradições ocultas o que auxilia o assistente social a combater as desigualdades é o seu Projeto Ético-Político. Nele, o profissional obtém o seu embasamento teórico e torna-se capaz de construir uma crítica que possa não apenas reproduzir a execução de uma política pública, mas sim, através de seu ato profissional, dar vistas à participação, principalmente, dos usuários, na construção de uma política que seja possível atender e amenizar as desigualdades sociais.

Para Netto (1999), os projetos profissionais apresentam:

a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999, p. 04)

A partir desta definição é possível perceber que no projeto profissional encontra-se a identidade da profissão, assim como suas bases de atuação. No caso do Projeto Ético-Político do assistente social, elaborado em conjunto pelo conjunto “CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, sindicatos e demais associações de assistentes sociais” (Netto, 1999, p. 04), consta o embasamento teórico, a prática e a ética, próprios do Serviço Social, sendo o que difere o assistente social de outros profissionais.

Conforme Guerra (2007):

Ao clarificar seus objetivos sociais, realizar escolhas moralmente motivadas, compreender o significado social da profissão no contexto da sociedade capitalista, escolher crítica e adequadamente os meios éticos para o alcance de fins éticos, orientados por um projeto profissional crítico, os assistentes sociais estão aptos, *em termos de possibilidade*, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromisso indiscutíveis. (GUERRA, 2007, p. 15, Grifo da Autora.)

Ainda, Yolanda Guerra (2007, p. 16) complementa que a dificuldade central na atuação do assistente social é realizar “a crítica dos fundamentos da cotidianidade tanto daquela em que ele se encontra inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços”. Ao romper com as práticas conservadoras que envolvem a profissão e estimular o olhar crítico ao desenvolver

as práticas profissionais, é possível ao assistente social alcançar a emancipação social de seus usuários, tão almejada pela categoria.

Além do Projeto Ético-Político, em suas intervenções, os assistentes sociais também fazem o uso de suas instrumentalidades específicas, como a teoria, a técnica e a ética profissionais.

3.2 – O Serviço Social na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária em Santa Maria

O objetivo dos assistentes sociais na Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária (SMHRF) é a coordenação, execução e fiscalização do Programa Minha Casa Minha Vida e do Trabalho Social nos empreendimentos construídos com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Através da atuação do Serviço Social na habitação é garantida a promoção do direito a uma moradia digna e de qualidade aos seus usuários.

Entretanto, os profissionais assistentes sociais atuam através das políticas públicas e dos programas sociais para garantir as mínimas condições de habitabilidade aos sujeitos sociais, atuando, neste meio, com equidade e justiça social. No entanto, os programas sociais de habitação, ao indicarem a preferência por assistentes sociais em sua execução, já indicam o posicionamento que exigem para sua efetivação, ou seja, que o direito sobreponha o assistencialismo.

Para que os profissionais sejam capazes de atender aos objetivos dos usuários referenciados através da SMHRF, os assistentes sociais são norteados pelos instrumentais técnico-operativos, pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, além dos princípios do Código de Ética do Assistente Social.

Conforme Iamamoto (2004), ao analisar a profissão através da dimensão teórico-metodológica é necessário que o profissional faça a leitura de como o Serviço Social foi introduzido no Brasil perpassando pelo campo dos interesses do capitalismo até o modo em que hoje ele deve ser apreendido. É necessário evidenciar a contradição implicada nas demandas trazidas pelos usuários e nos interesses do Estado em afastar-se da proteção social. E complementa:

Em síntese, o Serviço Social situa-se no processo de reprodução das relações sociais como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da ideologia, isto é, na criação de bases políticas para a hegemonia das classes fundamentais. Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho. Por outro lado, se essas relações são antagônicas; se, apesar das iniciativas do Estado visando o controle e à atenuação dos conflitos, esses se reproduzem, o Serviço Social contribui, também, para a reprodução dessas mesmas contradições que caracterizam a sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2004, p. 11)

Para que o assistente social não reproduza as contradições implícitas no modo de reprodução do sistema capitalista e atue em favor da classe a qual firma um compromisso ético, é fundamental que busque o embasamento teórico em suas práticas profissionais e estimule nos sujeitos sociais a busca por condições favoráveis de trabalho.

Na SMHRF, para auxiliar o fazer profissional do assistente social é necessário a utilização dos instrumentais técnico-operativos, como o acolhimento, a escuta sensível, a observação, o diálogo, a entrevista e a visita domiciliar. Sousa (2008) aborda, segundo Martinelli & Koumrouyan (1994), que define-se por instrumental o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Com base nessa ideia, o instrumento é estratégia ou tática por meio da qual se realiza a ação, e a técnica é a habilidade no uso do instrumento.

Ao descrever sobre os instrumentais supracitados, temos que é no acolhimento que o assistente social consegue dar vistas ao que o usuário vem buscar, fazendo-se necessário neste momento o resguardo do sigilo profissional e a escuta e olhar sensíveis. Assim, na escuta sensível é necessário perceber as manifestações da questão social contida na fala do sujeito, tanto aquelas materializadas sob a forma de demandas quanto as intrínsecas no indivíduo que ele ainda não reconhece.

Muito utilizada pelos assistentes sociais, a entrevista, segundo Bouças (2011) significa compreender as contradições existentes no cotidiano profissional a fim de refletir sobre a totalidade e cotidianidade em que se encontram inseridos os sujeitos sociais. Aliada à entrevista, temos o diálogo como o processo da reconstrução crítica do real. Segundo Lewgoy e Silveira (2007), o diálogo é parte integrante do processo da entrevista, pois é o meio de ligação entre o assistente social e o usuário.

Para uma boa entrevista o instrumento de observação é necessário, pois auxilia na identificação das inter-relações entre os usuários e os movimentos do

cotidiano em que estes encontram-se inseridos, além da observação que é um instrumental bastante utilizado nas visitas domiciliares. Segundo Amaro (2007), a visita domiciliar:

é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento realizada por um ou mais profissionais junto ao indivíduo em seu próprio meio social ou familiar. (AMARO, 2007, p.13)

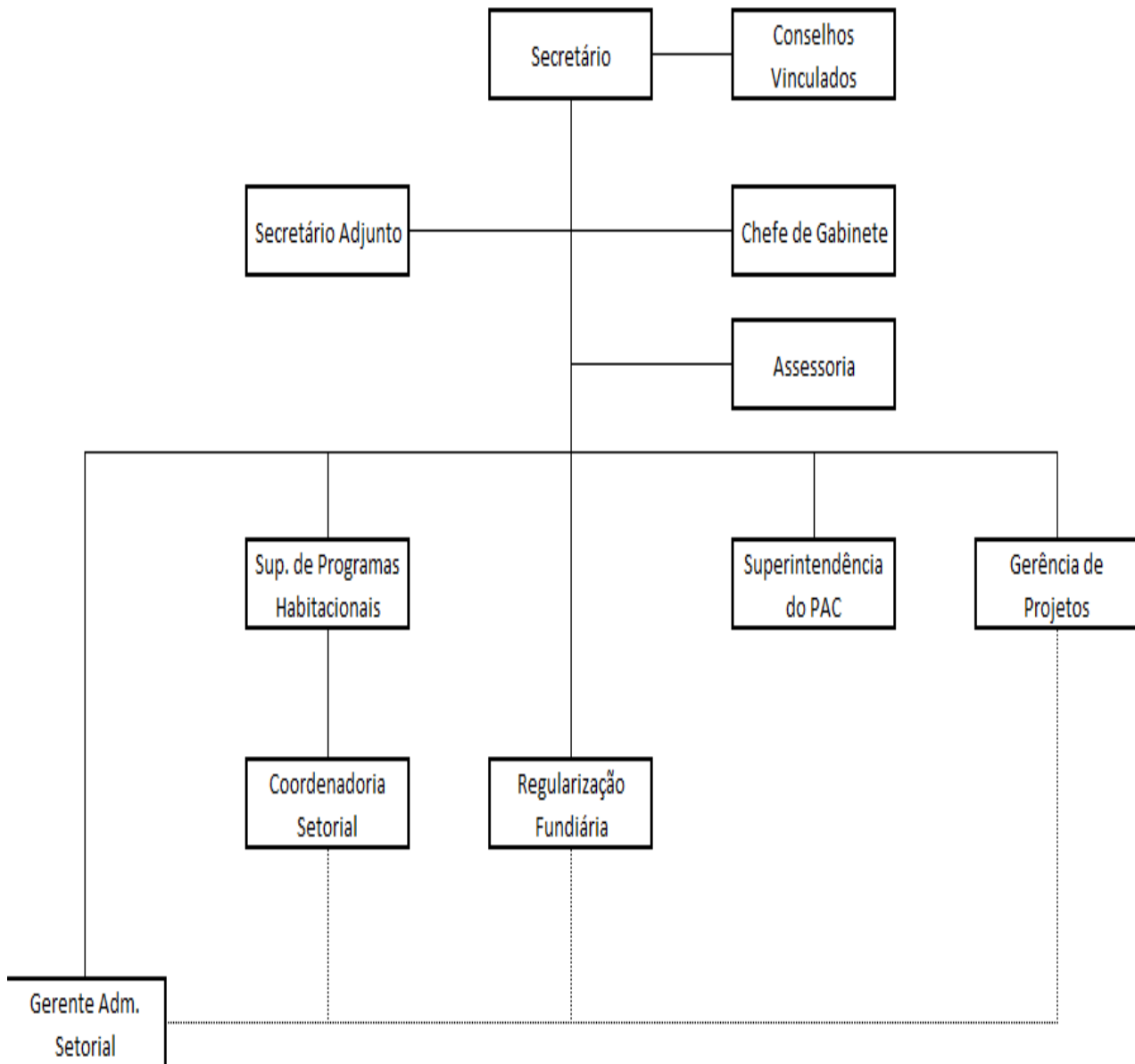
Ao analisar esta definição percebe-se que para praticar a visita domiciliar é necessário compreender a realidade do sujeito no meio social em que este se encontra inserido. Em relação ao objetivo da visita domiciliar, Mito (2001) afirma que:

têm como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevistas de gabinete. (MIOTO, 2001, p.148)

Então, a partir da definição de visita domiciliar para Amaro (2007) e o objetivo desta para Mito (2001), tem-se que as visitas domiciliares são práticas investigativas de atendimento do usuário junto ao seu meio social e possui como objetivo conhecer as contradições desse *lôcus* que podem passar despercebidas em entrevistas anteriores.

O organograma a seguir ilustra como ocorre a divisão de cargos na SMHRF, estando os assistentes sociais presentes na execução dos programas habitacionais.

Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária - Organograma



Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

Contudo, estes profissionais trabalham em uma prefeitura, caracterizada por ser a sede do poder executivo e também uma instituição pública que presta serviços a comunidade em geral, e, como os demais trabalhadores encontram-se inseridos na divisão sócio-técnica⁴ do trabalho, e necessitam vender sua mão-de-obra para garantir seu sustento. Envolvidos nessa lógica de mercado, para que os assistentes sociais não confundam seus objetivos profissionais com os institucionais, devem

⁴ A perspectiva de análise foi introduzida no Serviço Social brasileiro, em 1982. (Cf. IAMAMOTO & CARVALHO, 1982; IAMAMOTO, 1992).

possuir de forma clara e crítica o seu Projeto Ético-Político e estabelecer um distanciamento entre seus deveres e suas competências profissionais e os interesses da instituição em que atuam.

Com base nesta perspectiva, Mito e Nogueira (2013) afirmam que:

são os antagonismos entre as demandas institucionais e as demandas dos usuários que levam os profissionais a estabelecerem tensão com o instituído através de seus processos de trabalho. Como consequência, a análise dos processos institucionais que caracterizam os diferentes espaços sócio-ocupacionais, constitui uma segunda ordem de mediações necessárias para a intervenção profissional. Apropriar-se dos processos institucionais em curso é condição fundamental para planejar e decidir sobre ações profissionais e movimentar-se no apertado campo da autonomia profissional. (MIOTO E NOGUEIRA, 2013, p. 67)

Assim, o assistente social deve estabelecer de forma explícita os seus objetivos, que, constituídos a partir do Código de Ética, resguardam sua atuação em favor da classe trabalhadora. Ao possuir evidenciado este objetivo e desenvolver atividades que vão ao seu encontro, o profissional se torna mais capacitado a alcançar sua autonomia profissional.

Em relação aos seus processos de trabalho, deve o profissional estar atento às suas práticas e à sua definição do Serviço Social, sem que a identidade que foi atribuída à profissão prevaleça em suas ações. Para Iamamoto (1999):

A leitura hoje predominante da “prática profissional” é de que ela não deve ser considerada “isoladamente”, “em si mesma”, mas em seus “condicionantes” sejam eles “internos” – os que dependem do desempenho profissional – ou “externos” – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social. Os primeiros são geralmente referidos a competências do assistente social como, por exemplo, acionar estratégias e técnicas; a capacidade de leitura da realidade conjuntural, a habilidade no trato das relações humanas, a convivência numa equipe interprofissional etc. Os segundos abrangem um conjunto de fatores que não dependem exclusivamente do sujeito profissional, desde as relações de poder institucional, os recursos colocados à disposição para o trabalho pela instituição ou empresa que contrata o assistente social; as políticas sociais específicas, os objetivos e demandas da instituição empregadora, a realidade social da população usuária dos serviços prestados etc. (IAMAMOTO, 1999, p. 94)

Então, cabe ao assistente social organizar estratégias em torno de uma ação coletiva, ou seja, atuar de acordo com os mecanismos que lhes são oferecidos em prol de uma prática profissional em consonância com sua base teórico-metodológica

e em constante luta contra o conservadorismo/funcionalismo existente na sociedade capitalista atual.

Uma alternativa aos assistentes sociais para inserirem-se na política de habitação é a elaboração do projeto de Trabalho Social, previsto em empreendimentos de interesse social. Assim, no próximo capítulo será abordado o Trabalho Social vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida e suas possibilidades de execução em um loteamento popular localizado neste município, bem como a experiência de estágio protagonizada neste campo pela acadêmica.

Capítulo 4 – A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SANTA MARIA

Neste capítulo será estudada a perspectiva em que se insere o Trabalho Social em um empreendimento de interesse social. Para isso, será utilizada como base da abordagem a Portaria nº 21/2014 que o regulamenta e contém instruções para sua aplicabilidade. Também, será exposta a dicotomia entre um projeto verticalizado e a atuação do assistente social neste meio.

No entanto, a abordagem deste capítulo ocorrerá entre a definição do Ministério das Cidades para o Trabalho Social e sua execução no município de Santa Maria, abrangendo além destes pontos, a experiência vivenciada pela acadêmica a partir do estágio curricular.

4.1 – O Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida

Ao iniciar a discussão deste capítulo, se faz necessário refletir sobre alguns aspectos já abordados anteriormente a fim de que seja possibilitada a melhor compreensão sobre o Trabalho Social em habitação. Conforme já citado, a política habitacional foi sendo aprimorada, embora vagarosamente, como forma de conter os ânimos da população de baixa renda, e o povo reivindicava porque não possuía acesso à terra. A partir disso, tratar-se-á, primeiramente, a questão da pobreza e com ela a desigualdade social e o direito à moradia de todos os cidadãos brasileiros.

Lavinas (2003) traz em seus estudos que a pobreza é categoria central da reprodução do modo de vida urbano, “através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social” e que a classe menos favorecida só alcança a condição de protocidadã e consegue reivindicar a proteção social, à medida que se insere no mercado de trabalho. E acrescenta:

O caráter urbano da pobreza torna-se ainda mais visível na medida em que esta vem desafiar a governabilidade urbana, exigindo dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscrevendo no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. A pobreza é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são

mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. (LAVINAS, 2003, p. 26)

Nota-se que a pobreza se constitui em solo urbano e é agravada à medida que as contradições sociais se fazem presentes.

E, se a pobreza está relacionada às condições de vida urbanas e as relações sociais nesse espaço, paulatinamente, a população que não encontra-se inserida no mercado de trabalho torna-se excluída socialmente, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais. A desigualdade social é um processo inerente ao modo de reprodução capitalista, caracterizado pela divisão da sociedade em classes, em que o acesso a bens de consumo se dá de forma antagônica, e assim, estabelece as diferentes relações sociais, contribuindo para a diminuição da condição de cidadania nos homens.

Segundo o dicionário Luft, cidadania é a “qualidade ou condição de cidadão”, e por sua vez, cidadão é o “indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos”. Em tempo, a cidadania estabelece nos sujeitos a noção de pertencimento a uma comunidade e rege sobre eles um conjunto de direitos e deveres. À noção de cidadania estão também os sentimentos de pertença, liberdade e participação. Tendo em vista o conceito de cidadania, é percebido que, quando a desigualdade social e a exclusão social se fazem presentes, os sujeitos sociais enfrentam uma tendência de diminuir o seu sentimento enquanto cidadãos. Relacionados esses temas à questão habitacional é possível identificar que o acesso negado à terra contribui para esse agravamento.

Em geral, nas famílias menos favorecidas economicamente, as expressões da questão social se dão de forma mais latente, trazendo à tona a precarização de condições de habitabilidade. Para combater as desigualdades sociais geradas em decorrência desta precarização, com o tempo e com o estímulo no desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a habitação, viu-se no Trabalho Social uma alternativa. Sobre as desigualdades sociais na América Latina, Soares (2004) argumenta que:

[...] demonstrando sua enorme “sensibilidade social” como o aumento da pobreza [...], eles [os organismos internacionais] estão dispostos a “ajudar” com “apoio” técnico e financeiro aos chamados programas focalizados de combate à pobreza. Estes programas também apresentam algumas aparentes “inovações” através do que eles chamam as “boas práticas” ou “práticas saudáveis”, com uma maior “participação da comunidade local”, o que quase sempre significa

uma redução dos custos e a concomitante ausência do Estado. Tudo isso com o pomposo e atraente nome de “Modernização do Estado e fortalecimento da sociedade civil”. (SOARES, 2004, pág. 47, Grifo da Autora)

A partir desta percepção, entende-se que a crítica por trás do fomento da participação em comunidade e do estímulo à emancipação social trazidas nas ações do Trabalho Social, o que se tem é uma tentativa de, novamente, omissão do Estado.

Assim como é sabido que a moradia constitui um direito ao cidadão estabelecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, também a Política Nacional de Habitação (PNH) tem como princípio básico:

a moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004)

Após a criação da PNH em 2004, o Trabalho Social tornou-se obrigatório nos empreendimentos de interesse social, como os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida faixa I, definido como:

Um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008, p. 2).

É possível perceber a partir da definição encontrada que o Trabalho Social compreende um conjunto de ações em um determinado território que visa à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Raichelis, Oliveira e Paz (2006) afirmam que o Trabalho Social deve articular-se aos parâmetros da política habitacional e urbana:

O Trabalho Social é concebido como um conjunto de ações inclusivas de natureza socioeducativa, adequadas à realidade socioeconômica e cultural da população e às características da área de intervenção, afinadas com os princípios da Política Pública de Habitação, com as diretrizes dos programas e desenvolvidas em articulação com todos os agentes sociais envolvidos nos processos de decisão, implantação e controle social dos programas de moradia. (RAICHELIS; OLIVEIRA; PAZ, 2006, p. 24)

Neste sentido, o que determina o conhecimento das particularidades locais para a atuação do Trabalho Social é a elaboração do diagnóstico social. Com ele, é possível identificar as demandas ocasionadas com a inserção de um loteamento popular, as demandas da população e o reconhecimento da área onde será construído.

O diagnóstico social encontra-se na elaboração do Projeto de Trabalho Social (PTS), porém, sua organização ocorre na fase pré-obras. No entanto, nas fases obras e pós-obras, ocorre a materialização deste diagnóstico social, ou seja, os apontamentos contidos neste diagnóstico servem de base para a atuação nesta área.

Anterior à Portaria nº 21 do Trabalho Social, este era regido pelas normativas do Caderno de Orientação para o Trabalho Social (COTS) da CEF e pelo Ministério das Cidades, juntamente com orientações e capacitações sobre o tema. Desde o início da execução do Trabalho Social a equipe responsável pela atuação era composta por, principalmente, assistentes sociais, pedagogos e sociólogos. Sob essa ótica, conforme Pimentel (2012), devido ao Trabalho Social ter sido gerado a partir de um processo vertical e monopolizado por orientações provenientes da CEF ocorre a precarização deste serviço, que, embora, tenha na sua execução assistentes sociais, geralmente para desenvolver este trabalho são realizadas contratações temporárias e terceirizações.

Sendo assim, para Pimentel (2012) existe uma crítica em relação à construção das normativas que regem o Trabalho Social, pois, sendo executado principalmente por assistentes sociais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) deveriam ser consultados para emitirem um parecer a respeito, pois, sendo o assistente social um profissional liberal que possui suas intervenções guiadas pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da Profissão, além de ser dotado de conhecimento intelectual e teórico, possui plenas capacidades para construir uma normativa com orientações sobre o Trabalho Social.

Ainda neste período, o Trabalho Social possuía sua execução em três etapas, sendo a fase pré-obras o momento em que se realiza o projeto de trabalho social; a fase obras, em que há a aplicação do projeto de trabalho social ou do plano de desenvolvimento sócio-territorial; e a fase pós-obras em que, além da execução do

projeto de trabalho social, se operacionaliza o plano de desenvolvimento sócio-territorial.

Esta estruturação do Trabalho Social realizada na fase pré, obras e pós, prevendo a participação e mobilização comunitária, educação sanitária, monitoramento e avaliação, possui sua matriz inserida no Programa Habitar Brasil/BID. Dessa forma, segundo Pimentel (2012):

Pode-se dizer, claramente, que o Ministério das Cidades, bem como a Caixa Econômica Federal (CEF) tem orientado o desenvolvimento do trabalho social nos programas habitacionais a partir da matriz adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (PIMENTEL, 2012, p. 26)

Ao ser criado o Programa Habitar Brasil, ainda na década de 90, os recursos advindos para a execução deste programa eram provenientes do BID e da OGU. Além da base do Trabalho Social ser remetida a esta época, o público-alvo e os objetivos também podem ser referenciados a este Programa.

Contudo, em 22 de janeiro de 2014, o Ministério das Cidades lançou a Portaria nº 21/ 2014, contendo a “aprovação do manual do Trabalho Social nos programas e ações do Ministério das Cidades”. A partir desse novo marco, foram introduzidos novos conceitos e diretrizes, cabendo destacar a participação, a microárea e a macroárea, as intervenções de saneamento e habitação, e os destinatários do Trabalho Social.

Conforme afirma Carvalho (2015) sobre a participação:

Quando a população vivencia um processo participativo horizontal (democrático) com técnicos e gestores da política pública, é capaz de contribuir significativamente nas proposições da política. Os moradores são competentes na produção de um diagnóstico urbano social quando há espaço para fruição e intercâmbio entre o conhecimento vivido e o conhecimento técnico. (CARVALHO, 2015, p. 05)

Dessa forma, é necessário envolver os beneficiários nos processos de construção do PTS. Estimular a participação pode significar um melhor sentimento de cidadania entre os moradores e o empreendimento.

Outra novidade trazida na Portaria nº 21/2014 é a introdução de novas fases no planejamento, conforme mostra a tabela a seguir:

Fases	Pré-contratação	Pré-obras	Obras	Pós-obras
Marcos Temporais	Da apresentação e seleção de propostas até a assinatura do instrumento de repasse/financiamento	Da assinatura do instrumento de repasse/financiamento até o início das obras.	Do início das obras até a conclusão/mudança das famílias.	Da conclusão das obras ou mudança das famílias pelo período de 6 a 12 meses.
Instrumentos de Planejamento	PTS-P	PTS	PTS ou PDST	PTS e PDST
Atividades	- Execução das ações para a elaboração e aprovação do PTS-P	- Execução das ações do PTAS para essa fase.	- Execução do PTS - Elaboração e aprovação do PDST - Eventual início da execução do PDST	Execução do PTS e PDST

Fonte: Portaria nº 21/2014 (BRASIL, 2014)

Para atuar na execução do Trabalho Social, esta Portaria relaciona a preferência por profissionais com formação em nível superior em Serviço Social ou Sociologia e por possuir experiência em práticas “socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação” (BRASIL, 2014, p. 25). No município de Santa Maria, os profissionais responsáveis pelo Trabalho Social, desde sua elaboração até sua execução e fiscalização, pertencem à área do Serviço Social.

O Trabalho Social atua também na mobilização e com o fortalecimento das redes sociais para desenvolver a ação conjunta. Para Carvalho (2015, p. 13), as redes são ações constituídas pelos diversos grupos presentes no local, como por exemplo, associações de moradores, grupos constituídos a partir de relações de vizinhança ou parentesco e rede de empreendedores locais.

A mobilização dos usuários constitui um campo de intervenção para os assistentes sociais. Dessa forma, visualizar manifestações de rede de solidariedade

ou até mesmo estimulá-las, contribui para o sucesso das ações do Trabalho Social e para desenvolver o sentimento de pertença dos beneficiários ao empreendimento.

Neste sentido, o Serviço Social é capaz de atuar com a população de forma a desenvolver a apropriação aos espaços públicos e na construção das políticas públicas, no fortalecimento dos vínculos em vizinhança ou até mesmo, no estímulo à inclusão na geração de trabalho e renda. Para atuar com os beneficiários, o Trabalho Social prevê que sejam realizadas as visitas domiciliares, os plantões sociais e os trabalhos com grupos, de forma a abranger os atendimentos individuais e coletivos a todos os beneficiários do território.

Também é encontrado na Portaria nº 21/2014 a metodologia para o Trabalho Social. Através desse processo, o assistente social consegue definir os procedimentos que serão utilizados no decorrer deste Trabalho, desde a sua elaboração até a sua avaliação.

Segundo Faleiros (1997):

A elaboração metodológica pode contribuir para a análise e sistematização lógica e crítica do método operacional, mas isso não significa seu congelamento em fórmula rígida e abstrata. (...)
O trabalho social possui um ciclo operacional e não se contenta em ser somente descritivo, mas também, prescritivo, ou seja, com previsão, controle e avaliação dos resultados. (FALEIROS, 1997, p. 91 e 92)

É possível perceber então, que a metodologia para as intervenções não devem contar somente com a sistematização prevista pelo programa social, mas também, ser dotada de crítica e de novas possibilidades.

A metodologia corresponde às ações que darão conta da efetividade e intencionalidade do Trabalho Social. Sendo assim, conforme previsto na Portaria, o assistente social deve pensar em estratégias de inclusão da população na elaboração do diagnóstico que consta no PTS.

Conforme o artigo 4º, item XI da Lei 8.662/93 que corresponde à Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social, é competência do assistente social “realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. Dessa forma, são os profissionais que devem atentar aos cuidados de aproximar os beneficiários do empreendimento, colaborando para o estímulo de redes de solidariedade e emancipação social dos sujeitos.

Sobre a metodologia do Trabalho Social, Carvalho (2015, p. 15) afirma que “não é possível avançar na intervenção social sem proximidade dialética entre teoria e prática. Inovação e compromisso se constroem nesta cumplicidade reflexão-ação-reflexão”. A partir de Gadotti (1986, p. 16), entende-se a dialética como a “explicação do movimento”, dessa forma, é possível relacionar que sem o movimento teórico-prático, a intervenção social em empreendimentos de interesse social pode ver-se comprometida.

Assim sendo, como o Serviço Social possui sua base na corrente marxista, sobre a dialética de Marx, ela compreende três principais etapas, que são a totalidade, a negação e a contradição. Em relação à totalidade, Gadotti diz que:

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (GADOTTI, 1986, p. 25)

Então, o assistente social ao analisar os sujeitos sociais deve o fazer não de forma isolada, mas envolvendo-o em seu meio social, procurando analisar o conjunto de relações intrínsecas ao usuário.

Durante a etapa da negação, conforme Gadotti (1986, p. 25) ao entender a totalidade em transformação e inacabada, tem-se a criação de novas perspectivas para a realidade, gerando uma negação da negação e culminando em uma nova síntese. Já no princípio da contradição, esta é observada como sendo a essência da dialética, pois a transformação é possível porque todas as relações são dotadas de contradições, por exemplo, a burguesia e o proletariado.

Dessa forma, o profissional ao elaborar todas as fases compreendidas pelo Trabalho Social em empreendimentos de interesse social deve estar capacitado para refletir acerca do materialismo-dialético e desenvolver em suas práticas profissionais a teoria crítica do Serviço Social, pois, somente é possível uma boa articulação entre usuário e política mediante o envolvimento de todas as partes envolvidas no processo de construção.

Carvalho (2015, p. 15) aborda a comunicação e a articulação como principais características da metodologia do Trabalho Social. Assim, a comunicação corresponde à aproximação entre assistente social e beneficiários da política

habitacional, fundamentando os processos de acolhimento e mobilização da comunidade. E sobre a articulação afirma que:

Os programas habitacionais de interesse social demandam esforços para engajar os serviços do território na busca de assegurar a população-alvo, sua apropriação e usufruto. Da mesma forma, exigem a articulação com os diversos sujeitos sociais e econômicos (...) que desempenham determinadas funções no contexto do Estado, da sociedade/comunidade e do mercado. (CARVALHO, 2015, p. 16)

Isto posto, a articulação age como o intermediário para a aproximação entre os beneficiários e a rede de serviços e programas a qual encontram-se envolvidos, sendo parte dessa rede, as instituições de caráter sócio assistencial que já atendem a comunidade local e até mesmo os programas sociais de habitação.

Portanto, o Trabalho Social em habitação deve compreender ações que busquem integrar a comunidade e estimular a emancipação social, e, para isso, é necessário o acompanhamento destas famílias desde o período de seleção até a transição ao loteamento. É importante que sejam desenvolvidas com essas famílias ações que promovam a integração com a comunidade e que fomentem a autonomia e a participação social, já que, em um município de vasta extensão, esses moradores vêm de todas as regiões e não possuem vínculos.

Porém, como as políticas públicas possuem caráter emergencial, os objetivos do Trabalho Social referentes ao estímulo dos beneficiários nas tomadas de decisões e adequações à nova realidade almejam que, a partir deste passo, os beneficiários possam conduzir o empreendimento de forma emancipatória e que motive sua própria busca para a solução de suas demandas.

Entretanto, a dicotomia entre as relações que envolvem o Serviço Social e o público a quem presta serviços e entre o Serviço Social e para quem devem atuar também se faz presente no Trabalho Social. Assim, De um lado, há o interesse do capital em controlar a população beneficiária dos empreendimentos e propor a eles sobre seu potencial que pode ser estimulado no local, e de outro, há o interesse do assistente social em emancipar seus usuários de forma que possam garantir por meios próprios os seus direitos sociais. Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), o Serviço Social:

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa

tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 75)

Nota-se a partir desta afirmativa, que o profissional assistente social vive uma contradição: de um lado possui sua contratação vinculada à classe dominante, e de outro, presta serviços à classe dominada. Devido a essa dicotomia, diz-se que o Serviço Social encontra-se em uma relação antagônica ao deparar-se vinculado aos interesses de classes sociais distintas.

Contudo, o Serviço Social possui embasamento teórico necessário para discernir sobre os interesses institucionais e os objetivos da profissão, e deve valer-se desta assertiva para não perder o espaço que a categoria alcançou dentro das políticas públicas e efetivar o seu compromisso com a classe trabalhadora.

4.2 – A experiência vivenciada durante o estágio curricular e a correlação com o Trabalho Social no Residencial Dom Ivo Lorscheiter

Para desenvolver o período de estágio curricular, a área de habitação foi definida pela acadêmica porque ela encontrava-se desenvolvendo o estágio extracurricular neste campo. Conforme indica o estágio curricular I, nele o acadêmico deve utilizar o instrumental técnico-operativo da observação ao assistente social. No entanto, além da observação, esta acadêmica praticou o instrumental conhecido por entrevista. Isto ocorreu, porque no período em que foi realizado o estágio curricular, a supervisora de campo, assistente social da SMHRF, estava realizando as entrevistas aos candidatos a beneficiários ao Residencial Dom Ivo Lorscheiter (PMCMV).

Neste empreendimento de interesse social foram construídas 578 unidades habitacionais, entretanto, foram sorteadas 867 famílias entre titulares e suplentes. Ao final, cerca de 1.734 pessoas conquistaram a sua casa própria, contribuindo para a diminuição do déficit habitacional municipal.

Devido às práticas desempenhadas pela acadêmica durante o estágio extracurricular, esta já vinha percebendo as demandas trazidas pelos usuários e ao

elaborar a análise institucional⁵ e o projeto de intervenção⁶ (conforme apêndice 1) foi clarificada a atuação da assistente social neste campo, bem como a necessidade de efetivar a política habitacional no município e executar os programas habitacionais e seus componentes de forma contundente.

Durante o processo de estágio, foi identificado o perfil da população santamariense que busca o atendimento abrangido pelo Serviço Social na SMHRF. Esses usuários são sujeitos sociais envolvidos em um meio social agravado pela falta de moradia ou por precárias condições de habitabilidade. Em sua maioria, sobrevivem em situação de vulnerabilidade social e devido a esse fator, residem em áreas de risco ou em coabitações, pagando aluguel ou morando de forma irregular.

A realização do estágio possibilitou, além da observação e entrevista, acompanhar a assistente social em visitas domiciliares, e, em algumas oportunidades, escrever um relatório social (conforme apresentado no apêndice 2). Para o registro das atividades realizadas, utilizava-se o diário de campo, o qual proporcionava o relato e a análise da experiência vivenciada.

Ao iniciar o segundo período de estágio, uma das propostas deste foi a execução do projeto de intervenção. Através da transposição do planejamento teórico em atividade prática possibilitou à acadêmica vivenciar as atividades do assistente social em campo.

Na prática, a execução do projeto de intervenção aconteceu de maneira antagônica ao elaborado. Durante os dois primeiros meses, a acadêmica propôs as rodas de conversa, conforme planejamento, porém, houve grande participação na primeira roda, em que foi possível conhecer o grande grupo presente e salientar algumas demandas aos órgãos competentes, embora os participantes, em sua maioria, fossem de diversas quadras do Residencial Dom Ivo Lorscheiter. No entanto, como os moradores não participaram das discussões seguintes, foi necessário adaptar o projeto de intervenção, em que foram substituídas as rodas de conversa por visitas domiciliares.

A partir disso, foram acompanhadas individualmente, pela acadêmica, sete famílias, as quais haviam participado da primeira roda de conversa e residem na

⁵ A análise institucional se constitui como um dos elementos de avaliação do Estágio I no curso de Bacharelado em Serviço Social da UFSM.

⁶ O projeto de intervenção se constitui como um dos elementos de avaliação do Estágio I no curso de Bacharelado em Serviço Social da UFSM.

quadra 26 do Residencial. Em um primeiro momento, foi necessário o conhecimento desses moradores, como suas idades, sexo, número de componentes familiar, etc. E, após, foram abordados temas como a participação popular e o Trabalho Social.

Assim como Amaro (2007) afirma que as visitas domiciliares são práticas que permitem ao entrevistador o conhecimento do sujeito social em seu meio, foi possível, através das visitas domiciliares realizadas pela acadêmica durante o estágio, identificar na realização prática a definição teórica desta. Ao entrevistar cada beneficiário participante do projeto de intervenção desta acadêmica, identificou-se notoriamente o quão os estudos teóricos se fazem presentes no fazer profissional do assistente social.

Por exemplo, em uma das visitas domiciliares realizadas, permitiu à acadêmica atuar com um beneficiário que já possuía experiências em participação social, já que ele foi líder de duas ocupações em um bairro do município e, com detalhes, relatou-me como se procede uma ocupação para que seja realizada com êxito. Além desta experiência proporcionada, este morador relatou sobre sua participação em uma Igreja, a qual, supostamente, ajudou a construir, participou das comemorações e filmagens que foram feitas durante o período, e que, ao ser informado pelo pastor sobre a criação de um site com estas filmagens, visualizou e percebeu que não foi mencionado nos vídeos, com isso, ainda conforme relato, não mais participou desta comunidade religiosa.

Através da referida visita domiciliar foi que a acadêmica teve a materialização do referencial teórico marxista na prática, visualizando, principalmente, o conceito de alienação desenvolvido por Marx. Para melhor exemplificá-la, Prates (2003, p. 107) elaborou o seguinte quadro:

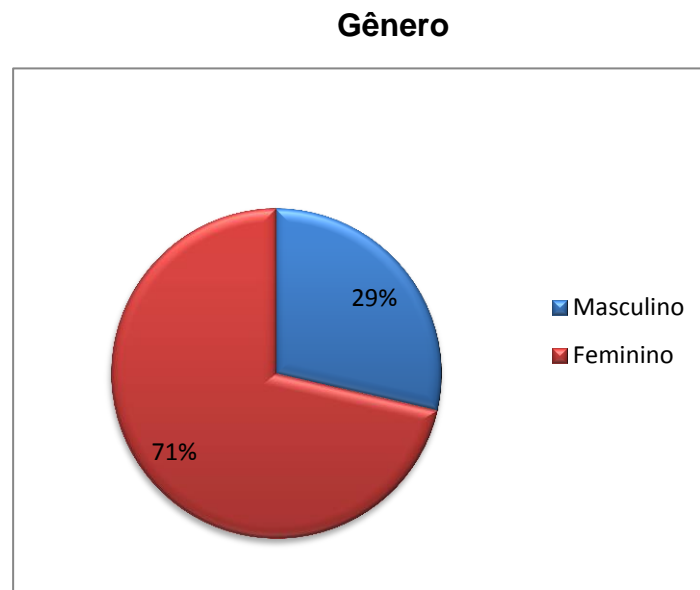
Produtor ----- Produto	Não tem acesso ao produto; Não se reconhece no que produz.
Produtor ----- Processo de Produção	Não define o que produzir; Não defini como produzir.
Produtor ----- Consigo mesmo	Trabalho como fardo; Não como auto-realização.
Produtor ----- Com os demais produtores	Substitui a cooperação Pela concorrência/competição.

Fonte: PRATES, Jane Cruz (2003, p. 107)

Durante o relato do referido usuário sobre a sua identificação com a Igreja foi possível associar à alienação entre produtor e produto, nesse caso, não havendo identificação com o produto final, estando presente neste sujeito, a coisificação de seu trabalho, onde, ao não perceber o seu empenho no resultado final (a criação do site) deixou de identificar-se com o trabalho que desenvolvia, porém, este usuário já está empoderado a tal ponto que se torna capaz de refletir acerca de suas relações sociais.

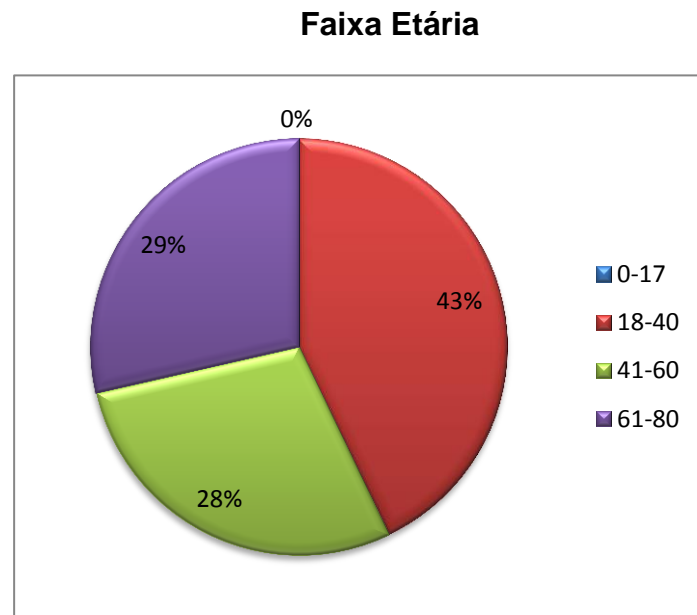
Como produto final do estágio, a partir da sondagem realizada, foi necessário organizar a análise do resultado do projeto de intervenção. Primeiramente, encontram-se os gráficos com as informações sobre o gênero, a idade, a composição familiar, a escolaridade, o acesso aos programas sociais, a ocupação e a participação na comunidade:

Gráfico 01:



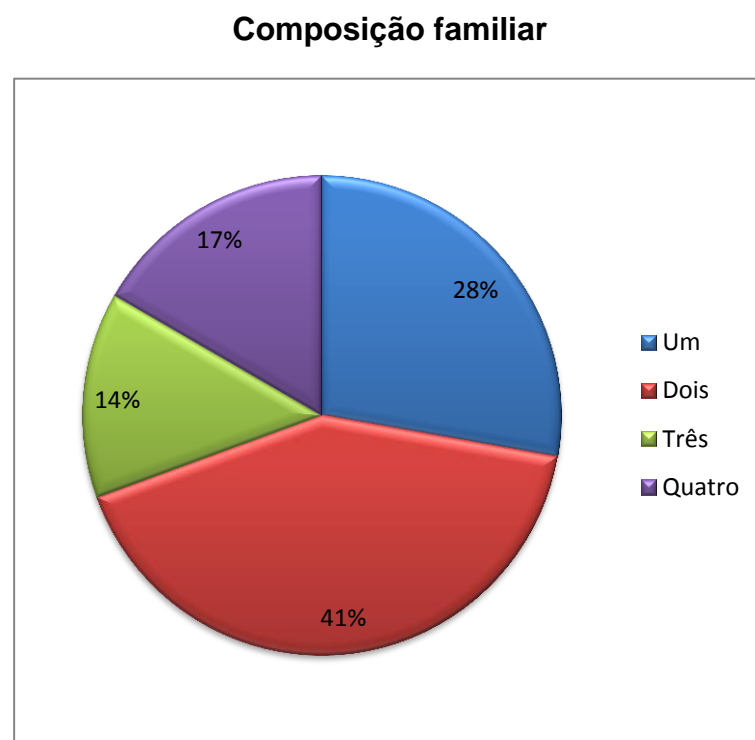
Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

A partir destes dados é possível notar que 29% das famílias acompanhadas pertencem ao sexo masculino e 71% dos beneficiários pertencem ao sexo feminino, integrando ao critério federal de mulher chefe de família, estabelecido pelo artigo 4º da Portaria nº 595/2013.

Gráfico 02:

Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

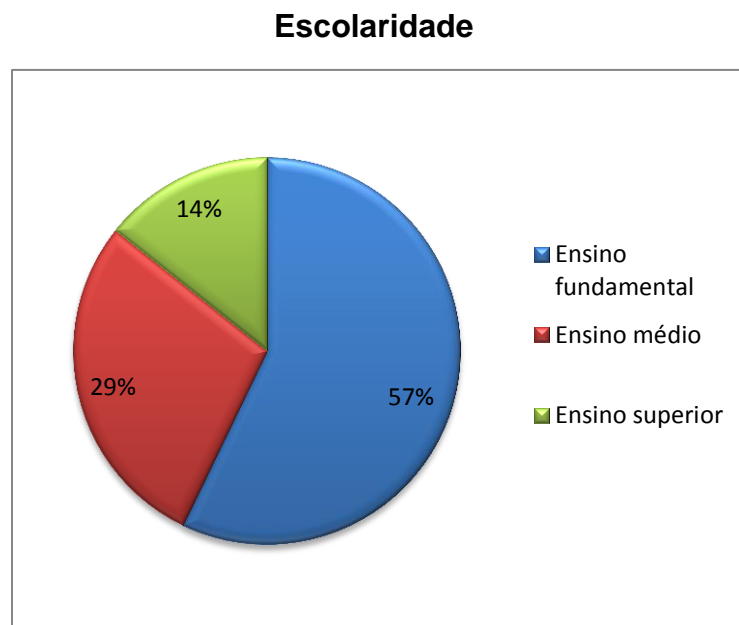
Como a sondagem foi realizada com os beneficiários contratantes dos imóveis, justifica-se a inexistência de usuários com faixa etária entre zero a dezessete anos. Ainda, através deste gráfico é possível perceber que a predominância das faixas etárias são as de moradores que possuem idade entre dezoito e quarenta anos, atingindo o número de 43%, logo após tem-se o percentual de 29% com idades entre 61 e 80 anos e 28% possuindo entre 41 e 20 anos.

Gráfico 03:

Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

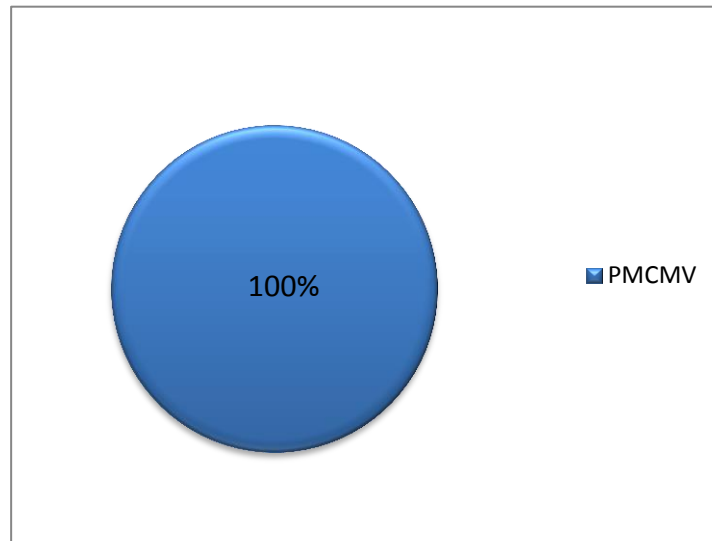
Com este gráfico percebe-se que, do total de famílias visitadas pelo Projeto de Intervenção, o maior percentual, o qual atingiu 41%, é de famílias com dois componentes, após 28% possui um morador na residência, vindo logo atrás as famílias com quatro componentes abrangendo 17% do total e, por fim, 14% de famílias com três habitantes.

Gráfico 04:



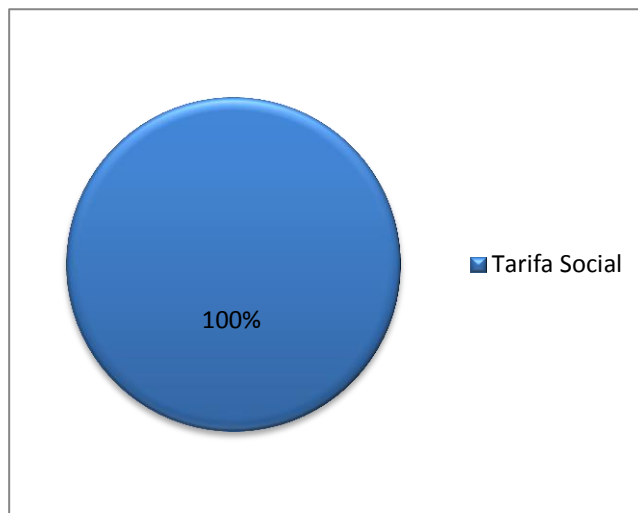
Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

Neste gráfico foram considerados os níveis escolares completos ou incompletos e com isso tem-se uma predominância de beneficiários contratantes que estudaram até o ensino fundamental, somando o percentual de 57%. Os beneficiários com ensino médio atingiram 29% e com ensino superior foi de 14%.

Gráfico 05:**Programa Minha Casa Minha Vida**

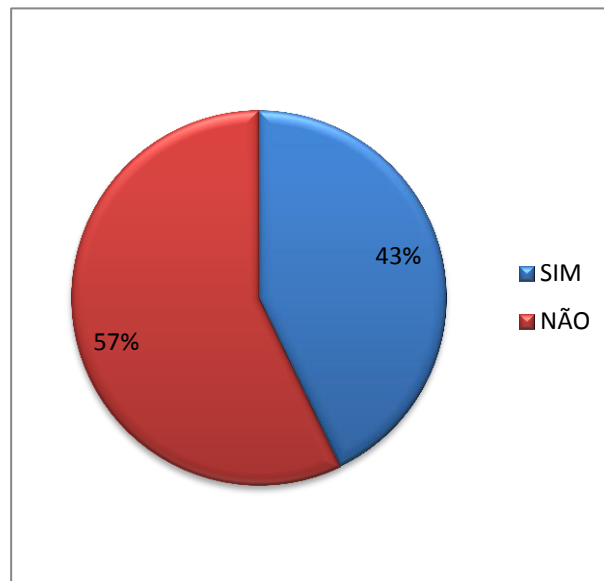
Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

O percentual de 100% deste gráfico justifica-se devido a este Residencial ser um empreendimento pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Gráfico 06:**Tarifa Social**

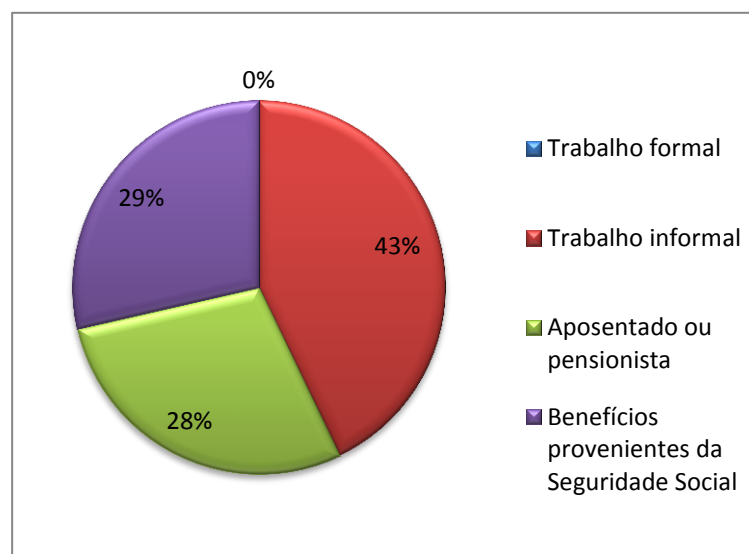
Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

Este gráfico também atinge 100% devido aos encaminhamentos sobre a taxa da tarifa social, a qual, no momento da solicitação de ligação de luz e água, já é realizada.

Gráfico 07:**Bolsa Família**

Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

A partir deste gráfico, é notório que apenas 43% dos beneficiários acompanhados possuem o benefício social do Programa Bolsa Família e que a maioria, correspondente a 57%, não o acessa.

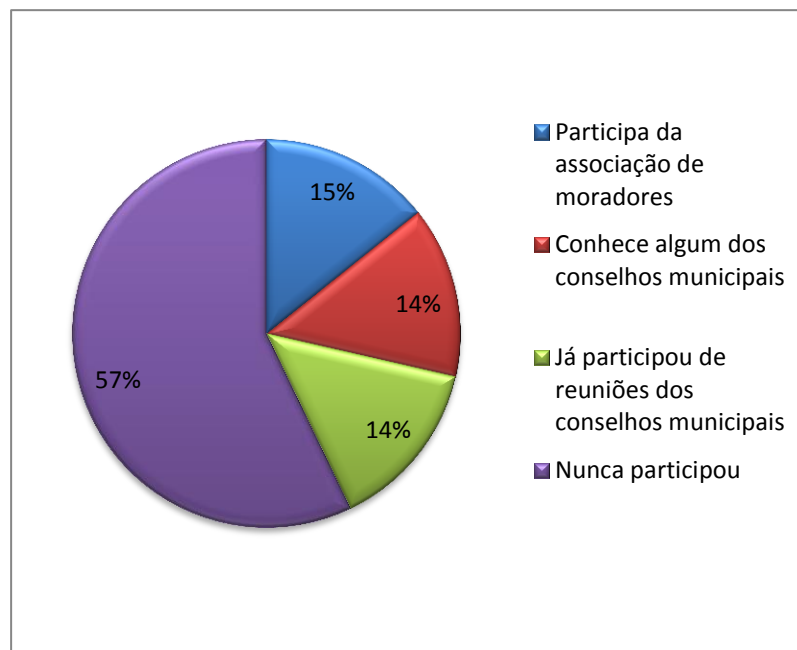
Gráfico 08:**Ocupação**

Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

Neste gráfico foi utilizado o percentual de benefícios provenientes da Seguridade Social porque a Caixa Econômica Federal utiliza os pagamentos referentes ao auxílio-doença, auxílio-idoso, seguro-desemprego, benefício de prestação continuada e bolsa família como forma de estabelecer o cálculo do pagamento das prestações mensais. Também, a partir deste gráfico, percebe-se que 43% encontram-se inseridos no mercado de trabalho informal, 29% recebem benefícios provenientes do sistema de Seguridade Social, 28% possuem a renda familiar proveniente de aposentadoria ou pensão e nenhuma das famílias acompanhadas encontram-se inseridas no mercado de trabalho formal.

Gráfico 09:

Participação na comunidade



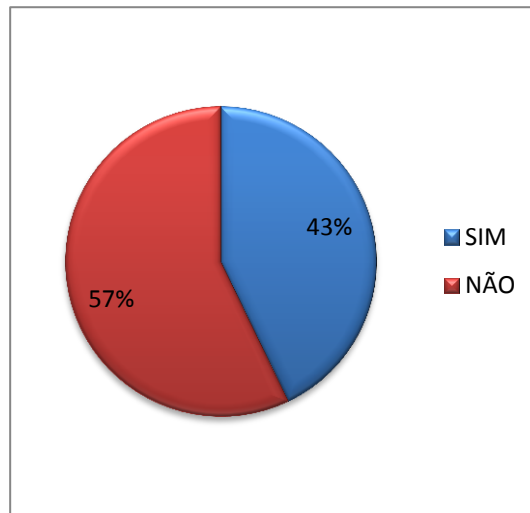
Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

A partir deste gráfico visualiza-se o percentual de 57% destes beneficiários contratantes que não aderem à participação em sua comunidade, índice esse que procura justificar o motivo da evasão na tentativa de construção de grupos para a realização de rodas de conversa como previsto no Projeto de Intervenção realizado durante o estágio curricular I em 2014. No entanto, 15% das famílias participam da associação de moradores e 14% conhecem os conselhos municipais e já participaram de reuniões destes conselhos.

Entretanto, em relação à temática sobre a participação popular e o Trabalho Social, tem-se os seguintes gráficos:

Gráfico 10:

Participação em pelo menos uma das ações de Trabalho Social

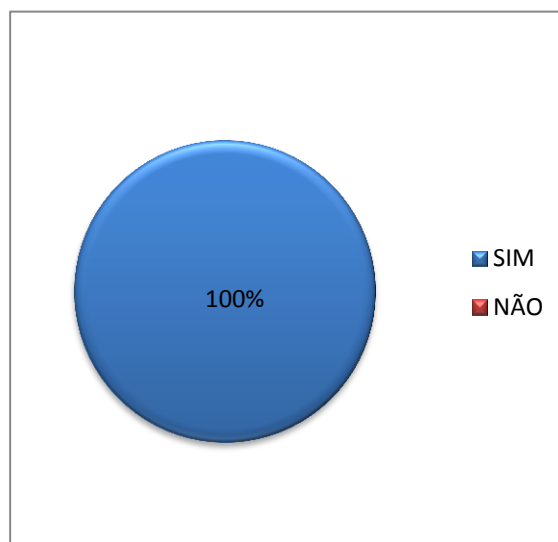


Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

A partir deste gráfico percebe-se que 57% nunca participaram de alguma das ações propostas pelo Trabalho Social e 43%, mesmo que em outros locais, já participaram de alguma destas ações.

Gráfico 11:

Conhecimento sobre os temas propostos pelo Trabalho Social

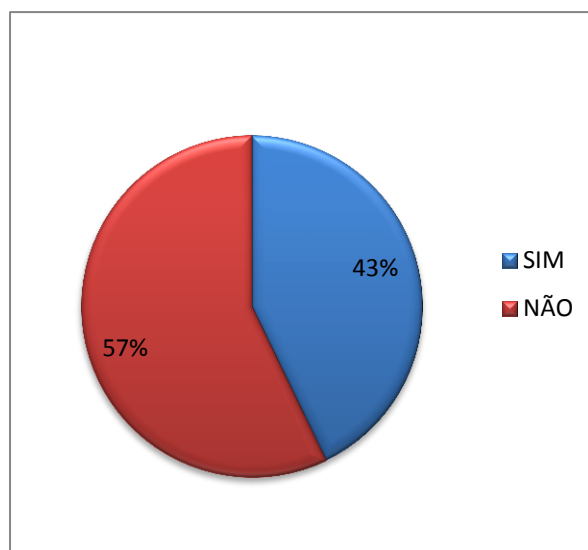


Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

Com este gráfico é possível notar que todos os beneficiários participantes da sondagem possuem conhecimento sobre as temáticas que serão abordadas durante a execução do Trabalho Social.

Gráfico 12:

Interesse em participar do Trabalho Social no Residencial Dom Ivo Lorscheiter



Fonte: organizado pela autora deste trabalho.

Ao analisar este gráfico é percebido que 57% das famílias acompanhadas não possuem interesse em participar do Trabalho Social, enquanto 43% responderam que participarão destas ações.

Ao final, foi percebido pela acadêmica, que os temas inclusos à realização do Trabalho Social não eram conhecidos por esta população e que também eram contrários aos seus interesses. Assim, a acadêmica avalia que a elaboração do projeto de Trabalho Social foi realizada sem o envolvimento dos beneficiários do Residencial, não correspondendo às demandas deles.

No entanto, não foi possível à acadêmica acompanhar a execução do Trabalho Social no empreendimento, porque este iniciou após o término do seu estágio. Entretanto, a assistente social, a qual desenvolveu o projeto de Trabalho Social para este Residencial, permitiu a visualização do referido.

Ao estabelecer o estudo da Portaria nº 21/2014 com o referido projeto, percebe-se que durante a execução do período correspondente à fase 3 da Portaria, equivalente à obra, ela não inclui a participação dos moradores nesse processo. Conforme prevê a Portaria nº 21/2014, alguns aspectos que essa fase deve conter:

- a) intensificação da atuação do escritório/plantão social, com ampliação do atendimento e encaminhamento das famílias, para efetivação de direitos sociais mediante articulação intersetorial e interinstitucional de serviços;
- b) criação ou fortalecimento de instâncias de representação na comunidade para acompanhamento de obras e de reassentamento, oportunizando eventuais negociações de ajustes às obras;
- c) criação, reorganização, fortalecimento e formalização de entidades da sociedade civil, que prestem serviços no território, visando à inclusão produtiva, econômica e social das famílias;
- d) realização de, no mínimo, 3 (três) visitas às obras pelos beneficiários, individualmente ou por meio de representação, mediante acordo com estes, de forma organizada e planejada;
- e) estímulo à inserção da organização comunitária da área de intervenção em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social. (BRASIL, 2014, p. 18,19,20)

Nota-se que nessa fase, a centralidade encontra-se nos moradores do empreendimento, a fim de os tornar os protagonistas do Trabalho Social.

Porém, enquanto foi desenvolvido o estágio, estas etapas não foram percebidas pela acadêmica. Assim, acredita-se que, ao passo em que se consegue envolver a comunidade nos processos de tomada de decisões, bem como desenvolver a empatia com o novo local onde será habitado, contribui para o despertar da autonomia social nos usuários, pois a melhor maneira de alcançar a participação social e a autonomia de uma comunidade em formação é incentivando-as a envolver-se nas discussões pertinentes aos espaços habitados, em que, ninguém melhor do que os próprios moradores, para conhecerem o local onde vivem.

Ademais, a acadêmica percebeu que uma nova comunidade não se implanta empoderada. Para isso, é necessário o estímulo à conquista dos locais públicos e à apreensão dos direitos sociais, e isso se constitui no fazer profissional do assistente social. Porém, para atuar de forma eficaz, também é necessário ao profissional empoderar-se e livrar-se das amarras da alienação e da identidade atribuída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso foi possível estudar de forma mais detalhada a trajetória da política habitacional brasileira, como ela foi abordada desde as primeiras construções habitacionais através de loteamentos populares até o momento atual, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, pode-se vivenciar através dos estágios extracurricular e curricular, a realidade habitacional de Santa Maria, como os programas habitacionais foram e são executados e como o Serviço Social se relaciona com esta política pública.

Esse estudo possibilitou à acadêmica a melhor apreensão da questão social, como ela se materializa sob a forma de demandas e como é transmitida ao assistente social, além de explorar sobre os limites e as possibilidades de atuação do fazer profissional.

Necessário a esta etapa da graduação, se fizeram os estudos sobre a matriz teórico-metodológica, sobre a dialética, sobre os instrumentais técnico-operativos, sobre a dimensão teórico-prática e ético-política do Serviço Social e com ele toda teoria marxista e marxiana apreendida durante a graduação. Complementar a esta perspectiva, esteve o estágio em que toda a teoria vista em sala de aula pôde ser transcrita sob a forma da prática, a qual estava sendo apresentada à acadêmica.

Fazer o resgate histórico da política de habitação no Brasil e em Santa Maria foi um período que exigiu muitas consultas a arquivos institucionais e um grande aporte bibliográfico, pois poucos estudos existem sobre os programas habitacionais. Ainda hoje esta realidade permanece, pois, com o recente Programa Minha Casa Minha Vida, embora já tenha se passado seis anos desde a sua criação, constitui um campo de pesquisa defasado. Principalmente a bibliografia na área do Serviço Social em relação a este campo é quase inexistente.

Porém, a riqueza da teoria crítica do Serviço Social permitiu as correlações necessárias entre a habitação e o assistente social, permeando entre a atuação da assistente social do Programa no município até as orientações das normativas governamentais para a execução.

Através da realização do estágio, cuja importância é indiscutível, a acadêmica foi capaz de, após a observação da instituição, reconhecer a demanda e elaborar um projeto que fosse ao encontro desta percepção. Com isso, foi que a intervenção materializou-se após o longo período teórico da graduação. No entanto, através dos

relatos descritos em diários de campo, sempre teve o acompanhamento das supervisoras de campo e acadêmica.

Este período foi o que oportunizou o conhecimento de uma instituição pública, como é a Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, e que se encontra como parte da Prefeitura Municipal, a qual presta serviços à população. Particularmente, esta Secretaria atua com as demandas habitacionais do município, e desde a sua fundação, passou por vários momentos instáveis, atingindo o ápice, com a sua extinção.

Porém, quando o governo federal, a partir de 2003, deu ênfase à política de habitação instituindo o Programa de Aceleração do Crescimento, na área habitacional, e o Programa Minha Casa Minha Vida, a Secretaria contou com sede própria e desvinculada de outras políticas, na qual permanece até os dias atuais.

Além do reconhecimento institucional, foi possível conhecer as etapas a qual compreende o PMCMV e até participar da atuação deste. Ao passo em que as entrevistas dos beneficiários ocorriam, a aproximação entre o despertar profissional e o olhar acadêmico se transformavam em uma linha tênue. Envolver-se com o cotidiano desses sujeitos sociais era a intervenção cada vez mais próxima que lembrava a certeza de ter escolhido o caminho certo.

Ficam de considerações para este trabalho de conclusão de curso, que deve ser observado o maior envolvimento das assistentes sociais do município com os atores protagonistas da política pública. Acredita-se que unindo o fazer profissional é possível não curvar-se mediante os interesses da classe dominante. No entanto, para isso, é necessário possuir a plena leitura do Projeto Ético-Político do Serviço Social e construir a dialética entre a teoria e a prática, tendo a certeza de que uma não se constitui sem a outra.

Ademais, tanto este trabalho, quanto a academia e, em especial, o estágio possibilitaram à acadêmica uma experiência indescritível em que foi possível durante todo o período, refletir crítica e propositivamente em relação à questão social, objeto de trabalho, além de despertar e reafirmar o interesse pela carreira enquanto assistente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M., org. **Participação Popular nas Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PoliticaHabitacionalnoBrasil.pdf>> Acesso em: 20 maio 2015.

AMARO, S. **Visita Domiciliar**: guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre, 1ª ed, AGE. 2003, 2ª ed. 2007.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e Poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/xnfq4/pdf/azevedo-9788579820557.pdf>>. Acesso em: 09 set.2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da Assistência Social**. Belo horizonte: ASCOM, 2007.

BONDUKI, N. J. **Origens da habitação social no Brasil**. Revista Análise Social, vol. 29, 1994, 3ª ed., p. 711-732. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>. Acesso em: 01 set.2015

BOUÇAS, K. F. **A entrevista no processo de trabalho do assistente social**: uma análise crítica da utilização deste instrumento na equipe de Serviço Social do CEMEAES – Macaé/RJ. 2011.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 1281 de 25 de junho de 1962**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=163245&norma=182925>> Acesso em: 17 set.2015.

BRASIL. **Lei nº 8.842**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: 01 set. 2015.

BRASIL. **Ministério das Cidades. Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.minha-casa.org/2014/03/diferenca-faixas-do-minha-casa-minha-vida.html>>. Acesso em: 30 out.2015.

BRASIL. **Ministério do Planejamento**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/22141600>>. Acesso em: 01 set.2015.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/eixos>>. Acesso em: 30 out. 2015

BRASIL. **Portaria nº 21/2014**. Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf> Acesso em: 25 mar.2015.

BRASIL. **Portaria nº 595/2013. Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <www.caixa.gov.br/novo_habitacao/minha-casa-minha-vida> Acesso em: 25 mar.2015.

CARVALHO, M.C.B. **Trabalho Social na habitação, conceitos básicos e novas diretrizes do Ministério das Cidades para o Trabalho Social**. In: Programa Nacional de Capacitação das Cidades, 2015, Brasília. Cap. 01. p. 1-18.

DURIGUETTO, M. L.; BALDI, L. A. P. **Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 12, nº 2, 2012, p. 193-202. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802012000200005>. Acesso em: 11 nov.2015.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Porto Afrontamento, 1975. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/02/Trabalhadores-Friedrich-Engels.-A-situa%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-Oper%C3%A1ria-em-Inglaterra.pdf>>. Acesso em: 22 out.2015

FALEIROS, V. P. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. São Paulo: Cortez, 9ª ed., 1997.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 1986.

GOMES, L. C. M. **Parques Proletários: Uma Questão Para Além da Política Habitacional**, 2009. Disponível em: <www.anpur.org.br>. Acesso em: 23 abr. 2015.

GUERRA, Y. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, v. 28, nº 91, 2007, p. 5-33.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, 2004. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>>. Acesso em: 03 nov.2015.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. São Paulo: IC, 2000.

LAVINAS, L. **Pobreza e exclusão**: traduções regionais de duas categorias da prática. Disponível em: <http://www.propi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.4_N.1_Lena_Lavinas.pdf>. Acesso em: 11 nov.2015.

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LEWGOY, A. M. B. & SILVEIRA, E. M. C. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 233-251. jul./dez. 2007.

MACHADO, E. M. **Questão Social**: objeto do Serviço Social? Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm>. Acesso em 12 maio2015

MARTINS, G.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1983.

MARX, K. **O capital**. Livro 3. Rio de Janeiro: Brasileira, v. 6, 1980.

MARX, K. **O Capital**, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, v. 1 / Tomo 2, 1988.

MARX, K. **O capital**: Crítica da Economia Política. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap05/01.htm>. Acesso em: 30 jun.2015

Ministério de Desenvolvimento Social. **Cadastro Único**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em 12 maio2015.

MIOTO, R. C. T. **Perícia social**: proposta de um percurso operativo. In: Serviço Social e Sociedade, n.º67. 2001.

NALIN, N. M. **O Trabalho do Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social**: o direito à moradia em debate. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5552/1/000452191-Texto%2BCompleto-0.pdf>> . Acesso em: 09 set.2015.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 1999.

PEREIRA, D. Q. **Regularização Fundiária e Planejamento Urbano**: Novas Perspectivas Para a Redução do “Déficit Habitacional” in: Revista da Faculdade de Direito da UERJ, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1359/1147>>. Acesso em 21 set2014.

PIMENTEL, J. R. **O trabalho social no contexto da atual política nacional de habitação**: a difusão de um modelo e as implicações para o exercício profissional do assistente social. Revista Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade V. 1, Nº 1, 2012, p. 1-34. Disponível em: <

<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/convergenciacritica/article/download/780/648>>. Acesso em: 20 out.2015.

PINTO, M. B. **Questão Habitacional como Expressão da Questão Social na Sociedade Brasileira**. Libertas, v. 4 e 5, n. especial. Juiz de Fora. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Artigo-Marina.pdf>>. Acesso em 22 out.2015.

PRATES, J. C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese (doutorado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica; 2003.

RAICHELIS, R. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social e Sociedade, nº 107. São Paulo. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 jun.2015.

RAICHELIS, R., OLIVEIRA, I.I.M.C., PAZ, R. **Metodologia/Plano de Trabalho Social**. Programa de Locação Social (PLS). Relatório Final, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – IEE/PUCSP. São Paulo, abril/2006.

RIBEIRO, L. C. e PECHMAM, R. M. **O que é a questão da moradia**. São Paulo: Brasiliense. 1985.

RODRIGUES, E. **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – Brasil: Lei 11.124/2005**. São Paulo. 2006. (Material Didático).

SANTA MARIA. **Plano Habitacional de Interesse Social**. Disponível no arquivo interno da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária. 2010.

SILVEIRA, R. e MALPEZZI, S. **Welfare analysis of rent control in Brazil: the case of Rio de Janeiro**. Departamento de Infra-estrutura e Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial, Jun. 1991.

SOARES, L. T; BENJAMIN, C; GENTILI, R. **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SOUSA, C. T. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4025382.pdf>>. Acesso em: 01 set.2015

TELES, V. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-9.

APÊNDICES

Apêndice I



Departamento de Serviço Social
Curso de Bacharelado em Serviço Social
Disciplina de Estágio Supervisionado I

PROJETO DE INTERVENÇÃO

A rede de solidariedade como forma de alcançar a emancipação social dos moradores do Residencial Dom Ivo Lorscheiter

Acadêmica: Fabiane Pereira Prestes

Supervisora Acadêmica: Prof^a Me. Eliana Mourgues Cogoy

Santa Maria, Dezembro de 2014

PROJETO DE INTERVENÇÃO

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Projeto: A rede de solidariedade como forma de alcançar a emancipação social dos moradores do Residencial Dom Ivo Lorscheiter

Órgão / Instituição Responsável: Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária

Nome do Estagiário: Fabiane Pereira Prestes

Supervisor de Campo: Angela Maria Oliari

Supervisor Acadêmico: Eliana MourguesCogoy

II. JUSTIFICATIVA

Este projeto de intervenção possui como público-alvo 07 famílias residentes do Residencial Dom Ivo Lorscheiter, localizadas na quadra 26 do residencial.

Este Residencial é caracterizado por ser um empreendimento de interesse social e está localizado na região leste do município de Santa Maria, entre o Bairro São José e a Vila Maringá. O Residencial Dom Ivo Lorscheiter encontra-se em uma área onde já existem outros empreendimentos de interesse social, como o Residencial Zilda Arns e o Residencial Leonel Brizola (que se encontra em fase de construção) ambos promovidos com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida; o Loteamento Paróquia das Dores e o Loteamento Diácono João Luiz Pozzobom promovidos com recursos proveniente do Programa Morada Feliz, que foi um programa destinado à regularizações fundiárias nesta região.

Como esta área é formada por loteamentos de interesse social a Prefeitura Municipal de Santa Maria realizou em fevereiro de 2014 um diagnóstico social a fim

de mapear esta área e realizar um levantamento sobre as demandas geradas no local devido a este panorama.

Abaixo, o quadro que dispõe sobre a realidade local:

Tipo de Equipamento Existente	Nome	Distância do empreendimento	Endereço	Capacidade de atendimento	Vagas disponíveis
EMEI - Escola Municipal de Ensino Infantil	Ady Schneider Beck	200 m	Rua Hilda Conceição ColussiBerleze	110 vagas	23 vagas
EMEI - Escola Municipal de Ensino Infantil	João Franciscatto	1.400 m	Rua Antônio Botega	134 vagas	0 vagas
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental	Diácono João Luiz Pozzobon	200 m	Rua Hilda Conceição ColussiBerleze	449 vagas	51 vagas
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental	Santa Cecília	1.200 m	Rua Pedro Santini	54 vagas	10 vagas
Escola Estadual de 1º Grau	Prof. Naura Teixeira Pinheiro	1.400 m	Rua João Franciscatto nº. 15	525 vagas	0 vagas
PSF – Programa Saúde da	São José PSF 15 e 16	1.400 m	Rua Antônio Gonçalves do Amaral	8.000 vagas	0 vagas

Família			nº. 1000		
PSF – Programa Saúde da Família	Vila Maringá PSF 17	100 m	Rua D esq. Rua Santo Expedito	4.000 vagas	0 vagas
Centros de Referência de Assistência Social	CRAS Leste	1.900 m	Faixa de Camobi, Km 3, nº 1915	Abrange a Região Leste	Abrange o bairro Diácono João Luiz Pozzobon

Também, o diagnóstico social apontou as demandas que foram geradas por estes empreendimentos de interesse social. É o que se tem no quadro abaixo:

Equipamento	Demanda gerada pelos empreendimentos ainda não implantados	Vagas disponibilizadas pelos novos equipamentos	Vagas disponíveis dos novos equipamentos
Escola de Educação Infantil	440 vagas	430 vagas	13 vagas
Escola de ensino fundamental	475 vagas	420 vagas	6 vagas
Unidade Básica de Saúde	2.927 vagas	20.000 vagas	17073 vagas
Centro de Referência de Assistência Social	940 vagas	X	Abrange o bairro Diácono João Luiz Pozzobon

Assim, foi detectado que se faz necessário a construção de uma nova escola de educação infantil e fundamental e uma unidade básica de saúde (UBS). Desta forma, o Residencial Dom Ivo Lorscheiter contará com a UBS e o Residencial Leonel

Brizola contará com a escola de educação infantil. Segundo a 8ª Coordenadoria as escolas de ensino médio que atendem essa população é a Escola Profª Naura Teixeira, Escola Irmão José Otão e a Escola Dom Luiz Victor Sartori, não sendo responsabilidade de algum dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida a construção de novas escolas de nível médio.

O Residencial Dom Ivo Lorscheiter é composto por 578 casas, destas, 18 casas são reservadas para idosos e 18 são reservadas para as pessoas com deficiência. Todas essas casas são geminadas, porém, adaptáveis de acordo com a deficiência de cada morador.

A população que compõe o Residencial é proveniente de bairros adversos deste município o que faz com que os moradores não se conheçam gerando um distanciamento da nova comunidade. Também devido a esse fator existe uma distância no sentimento de pertencimento destes moradores nos residenciais que acarreta na falta de emancipação social dessas famílias.

A partir de experiência observada no Estágio Curricular I sobre conflitos entre vizinhos nos residenciais entregues através do Programa Minha Casa Minha Vida e falta de empoderamento e responsabilização do imóvel foi elaborado este projeto de intervenção que teve como finalidade fortalecer vínculos e estimular uma rede de solidariedade que pudesse contribuir com a emancipação social desses novos moradores. Segundo o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” compõe um dos princípios fundamentais para atuação do assistente social.

Por fim, além de propor o estímulo à participação social destes moradores, o projeto de intervenção também será responsável por compreender a pouca participação desta população nos assuntos relacionados à participação social e estimular com o incentivo nas ações realizadas do trabalho social.

III – OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Promover ações com alguns beneficiários do Residencial Dom Ivo Lorscheiter que possibilitem a emancipação social através das redes de solidariedade.

Objetivos Específicos:

- Estimular nos moradores deste Residencial a emancipação social como forma de cidadania e pertencimento à essa comunidade;
- Desenvolver ações que despertem o interesse de promover uma rede de solidariedade.
- Incentivar a criação de vínculos nessa nova vizinhança construída;
- Buscar a compreensão acerca da pouca participação social;
- Realizar uma breve apresentação do Trabalho Social.

IV - REFERENCIAL TEÓRICO

Este Residencial Dom Ivo Lorscheiter composto por 578 unidades habitacionais abriga famílias provenientes de diversos bairros do município de Santa Maria /RS, como por exemplo, Bairro Salgado Filho, Bairro Divina Providência, Bairro São João Batista, Bairro Camobi, Bairro km3, Bairro Iatararé, Bairro Centro, Bairro Tancredo Neves, Bairro João Goulart, Bairro São José, Bairro Urlândia, Bairro Passo das Tropas e Bairro Passo d'Areia. Essas famílias, devido a essa distância e a outros fatores, não se conhecem e a partir do final de dezembro de 2014 são vizinhos. É uma nova realidade e se constroi a necessidade de cuidar de um bem comum a todos, o Residencial Dom Ivo Lorscheiter.

Como esses moradores residem em um mesmo local e, em relação a isto, possuem as mesmas demandas, têm-se uma facilidade em estimular a criação de uma rede de solidariedade, que, mesmo por nascer de forma espontânea, surge devido a proximidade e busca soluções comuns a fim de beneficiar todos os envolvidos. Acredita-se que através do desenvolvimento de uma rede de solidariedade e do estímulo no sentimento de pertencimento a este local seja possível alcançar a emancipação social. Para Kauchakje, 2008:

o lugar analítico dos movimentos sociais nas sociedades, hoje, deve ser revisto para se compreender a diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e de empoderamento através de articulações em rede e, finalmente, a participação política das organizações em rede. (p. 672)

Dessa forma, o empoderamento e a rede de solidariedade agem como um aliado para despertar nos moradores o fortalecimento dos vínculos no Residencial Dom Ivo Lorscheiter e permitir que a vizinhança organize-se de forma a envolver-se na comunidade e lutar pelos seus direitos.

Por ser um Residencial proveniente de uma política pública que provém subsídios às pessoas de baixa renda e que procuram a aquisição de uma moradia própria, cabe ao assistente social impulsionar a autonomia destes usuários, motivando-os a construírem, em coletivo, a cidadania e a denominar de “seu” o novo local adquirido por meio da garantia do direito à moradia.

Para Kleba e Wendausen, o empoderamento é tido como o elemento que possibilita a compreensão das possibilidades e dos limites na promoção da participação social e política:

o processo de empoderamento é apresentado a partir de dimensões da vida social em três níveis: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; estrutural ou política. O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com o aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania. (página 733)

Desta forma percebeu-se que estimulando os três níveis de empoderamento é possível alcançar no indivíduo o sentimento de pertencimento ao local e a sua autonomia.

Para Gohn:

O "empoderamento" da comunidade, para que ela seja protagonista de sua própria história tem sido um termo que entrou para o jargão das políticas públicas e dos analistas, neste novo milênio. Trata-se de processos que tenham a capacidade de gerar processos de

desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos.

Estimular o empoderamento dos usuários pressupõe em clarificar a dialética⁷ existente em sua trajetória de construção e reconstrução de pensamento político, de sua alienação ou não perante o sistema vigente e a contradição inclusa na totalidade em que eles se inserem.

V – METODOLOGIA

- Promover encontros mensais com os moradores das quadras 25 e 26 do Residencial Dom Ivo Lorscheiter para debater temas pertinentes à proposta do projeto;
- Expor através de rodas de conversa temas que contribuam com a emancipação social, rede de solidariedade, fortalecimento de vínculos entre vizinhos, responsabilização do imóvel, empoderamento e rede socioassistencial;
- Elaborar a primeira roda de conversa no Centro Comunitário;
- Rodas de conversa com o tema de responsabilização do imóvel por ser um tema inerente ao cotidiano dos moradores;
- Realizar visitas domiciliares com questionamentos sobre participação social e exposição do funcionamento do trabalho social.
- Desenvolver rodas de conversa e visitas domiciliares à 07 famílias beneficiárias do Residencial Dom Ivo Lorscheiter.

VI – RECURSOS

7.1 Humanos

Este projeto de intervenção será executado pela acadêmica Fabiane Pereira Prestes e pela supervisora de campo Angela Maria Oliari.

7.2 Materiais

⁷ Utilizando a definição de dialética encontrada no Dicionário básico de categorias marxistas, a “dialética afirma a unidade inseparável entre a realidade objetiva e o sujeito que pensa e atua sobre essa realidade”.

Serão utilizados os materiais da graduanda e da instituição, tais como: notebook, canetas, folhas, impressora, câmera digital, prancheta, internet, elaboração de material didático organizado pela acadêmica com os temas a serem discutidos.

7.3 Financeiros

Materiais	Quantidade	Custos/Valor
Folha A4	02	R\$12,00
Impressora	01 tonner	R\$60,00
Canetas	02	R\$5,00
Notebook	01	R\$1200,00
Prancheta	01	R\$12,00
Câmera digital	01	R\$680,00
Carro institucional	-	-
Total de custos	=	R\$1969,00

VII - CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Visita Domiciliar	X	X	X	X
Pesquisa sobre referencial teórico para as rodas de conversa	X	X	X	X
Preenchimento de questionário	X	X	X	X
Sistematização de				X

dados				
-------	--	--	--	--

VIII – AVALIAÇÃO

A execução deste projeto de intervenção foi de quatro meses a contar de março a junho de 2015. Ao final de cada encontro foram desenvolvidas avaliações e análises dos encontros, sendo o que possibilitou uma auto avaliação e a identificação de problemas de planejamento e suas possíveis soluções.

IX - REFERÊNCIAS

Banco de dados do sistema Kippus

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf> Acesso em: 24 nov.2014

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004.

KAUCHAKJE, Samira. **Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667-696, set./dez. 2008

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/29498/31358>> Acesso em: 15 out.2014

SANTA MARIA. Diagnóstico Social. Disponível em: Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária

Apêndice II

Relatório de visita domiciliar

1. Dados de Identificação

Nome: Clareane Gonçalves Ramos e Everton Loir do Nascimento

Endereço: Rua Vereador João Dellazana, nº 87, Vila Brasília/Santa Maria/RS

Técnicas utilizadas: Entrevista, Escuta sensível, Observação, Visita Domiciliar.

Data da Visita Domiciliar: 17/09/2014

2. Relatório

No dia 16 de setembro de 2014 a Sr^a Clareane foi encaminhada pela Assistente Social Adelita do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) região Norte à Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, devido estar enfrentando dificuldades em relação as suas condições habitacionais. Além de residir em uma Área de Preservação Permanente (APP), o imóvel de acordo com certidão da defesa civil, encontra-se em uma área de risco e conforme observado pelas estagiárias, trata-se de uma sub-habitação, caracterizada por ser uma casa em condições precárias, de madeira, com 3 cômodos, sendo estes uma sala e cozinha juntos e um banheiro.

No dia 17 de setembro de 2014 foi realizada visita domiciliar pelas estagiárias do Serviço Social na qual constataram que o local onde residem a Sr^a Clareane e seu companheiro Sr^o Everton situa-se ao final da rua Vereador João Dellazana, na vila Brasília, nesta cidade. Segundo o relato da Sr^a Clareane supostamente a rua é utilizada pelos vizinhos como comércio de drogas. No entorno, em um terreno elevado em relação à residência os mesmos construíram um galpão onde guardam os cavalos, ao lado deste galpão há uma árvore que teve suas raízes expostas devido o pisoteio dos animais, o qual resultou em um desmoronamento de uma pequena área próxima.

Supostamente, conforme relato, os vizinhos dominaram a região ao entorno os ameaçando para que deixem o local e possam ter a região livre para a prática do comércio ilícito. A Sr^a Clareane afirma que essas ameaças são dirigidas com maior intensidade ao Sr^o Everton quando ela se ausenta devido aos seus afazeres.

Foi constatado que o Sr^o Everton é deficiente físico e cadeirante há 3 anos por ter sofrido um acidente o qual resultou na amputação de sua perna e atualmente sua saúde encontra-se em maior debilitação em consequência de uma doença degenerativa. Anterior ao acidente o casal alugava uma casa no bairro Parque Pinheiro Machado e em decorrência deste a situação financeira da família ficou comprometida levando o casal a ocupar uma área pública onde residem atualmente. Conforme relato da Sr^a Clareane, a família iniciou o acompanhamento com o CRAS Norte há 3 anos e é acompanhada pela Assistente Social Adelita há 1 ano.

Ademais, em razão desta família preencher dois dos seis critérios existentes no Programa Minha Casa Minha Vida e sendo estes os critérios nacionais de “famílias residentes em área de risco ou insalubre” e “famílias de que façam parte pessoas com deficiência” as estagiárias destacam a importância desta família ter seu direito garantido firmado no art. 6º da Constituição Federal de 1988 onde “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, sendo esta família inserida em uma unidade habitacional com urgência.

Santa Maria, 24 de Setembro de 2014

Apêndice III

Questionário – Residencial Dom Ivo Lorscheiter – Programa
Minha Casa Minha Vida

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Renda: R\$

Bolsa Família: SIM () NÃO ()

Valor do Bolsa Família: R\$

Trabalha? SIM () NÃO ()

FORMAL () INFORMAL ()

Ocupação ou Profissão:

Grupo Familiar:

Quantos residem na casa?

Idade:

Renda: Sim () NÃO () Valor: R\$_____

Possui companheiro: SIM () NÃO ()

Trabalha? SIM () Renda: R\$_____ NÃO ()

Possui filho(s) em idade escolar: SIM () NÃO ()

Frequenta(m) a escola? SIM () NÃO ()

Existe algum fator impossibilitante de frequentar a escola?

Qual é a escola frequentada pelo seu filho?

A qual bairro a escola pertence?

Qual é o meio de locomoção até a escola?

Acesso às políticas públicas:

Acessa algum programa social? SIM () NÃO ()

Qual?

Há quanto tempo?

Como você avalia esse programa acessado?

Como você conheceu esse programa?

Você tem acesso às informações referentes a esse programa, como atualizações?

Participação Social:

Você participa da sua comunidade:

É atuante?

De que forma ocorre essa participação?

Você é estimulado a participar dos espaços públicos?

Você conhece algum dos conselhos municipais?

Participa ou participou de alguma reunião do conselho municipal?

Tem acesso a informação sobre as datas em que ocorrem as reuniões?

Como você avalia a importância das informações referentes a essas participações?

Você participa da Associação de Moradores?

Como você avalia essa Associação?

Você tem acesso às informações da Associação de Moradores?

Como você avalia a sua participação?

Apresentação das ações do Trabalho Social

PALESTRAS:

1. Palestra sobre Benefício de Prestação Continuada para Idoso e Pessoas com Deficiência (2Palestras-2 horas cada);
2. Palestra sobre a Lei Maria da Penha (2 Palestra- 2 horas cada);
3. Palestra sobre a PEC das Empregadas Domésticas (2 palestra- 2 horas cada);
4. Palestra sobre Benefício da aposentadoria (2 Palestras- 2horas cada);
5. Palestra de Prevenção de Uso de Substâncias Psicoativas (2 Palestras- 1hora cada);

OFICINAS:

1. Oficina Técnica de debate e elaboração do Regimento Interno do residencial (2 oficinas- 2 horas cada);
2. Oficina de capacitação para representantes dos blocos em relação as normas do PPCI (2 oficinas- 2 horas cada);

3. Oficinas acerca das regras de convivência com a vizinhança e do entorno, bem como relação aos espaços coletivos e ao meio ambiente (3 oficinas- 2 horas cada);

4. Oficinas referente as questões ambientais de preservação do patrimônio (2 oficinas- 2 horas cada);

5. Oficina sobre reciclagem de materiais (2 oficinas- 60 horas cada);

6. Oficina de Arborização e Jardinagem (2 oficinas- 4 horas cada).

CURSOS:

1. curso de vendedor (1 cursos de 200 h /curso;

2. recepcionista- (1 cursos de 160 horas);

3. manicure e pedicure- (2 cursos de 160 horas);

4. cuidador de idoso- (1 cursos de 160 horas).

5. curso de jardineiro- (1 cursos de 160 horas);

6. curso de padeiro- (1 cursos de 42 horas);

Relevância:

1. Dadas as ações que serão realizadas no Residencial, você já participou de alguma delas em outro espaço, institucional ou não?

2. Você possui algum conhecimento sobre as ações?

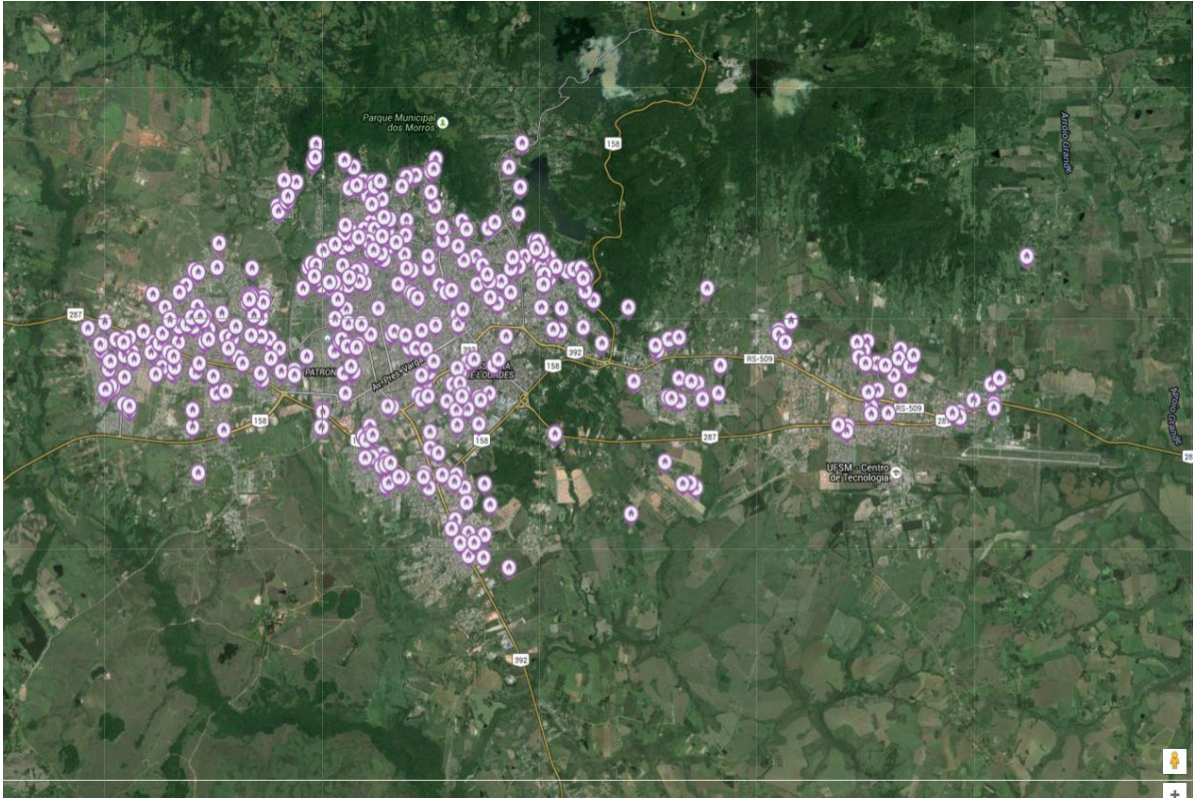
3. Você teria interesse em participar de alguma destas ações?

4. Você possui sugestões?

ANEXOS

Anexo I

Abaixo, a localização dos beneficiários do Residencial Dom Ivo Lorscheiter antes de residir neste loteamento:



Fonte: Disponível em sistema interno utilizado pela Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária

Anexo II

Abaixo, imagem do Residencial Dom Ivo Lorscheiter:



Fonte: Google

Anexo III

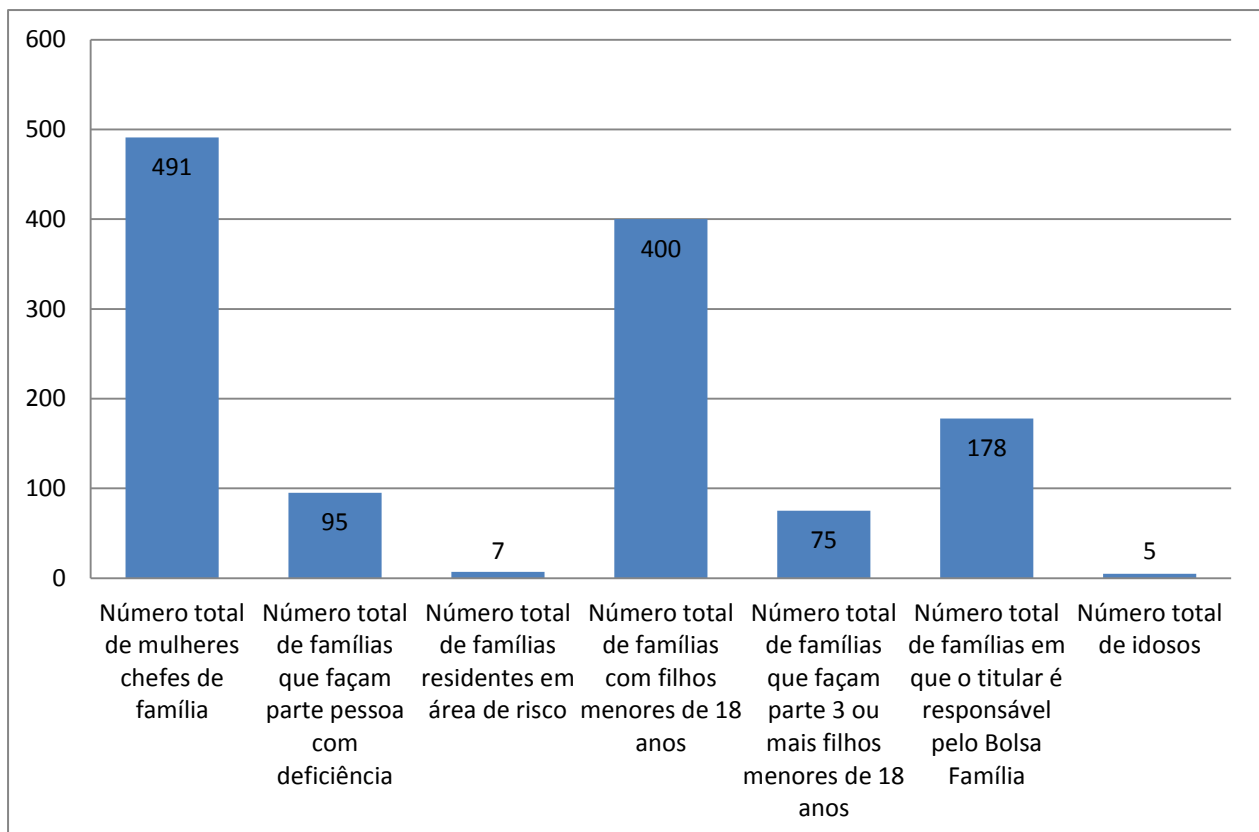
Imagem da quadra 26 do Residencial Dom Ivo Lorscheiter:



Fonte: foto realizada pela autora deste trabalho.

Anexo IV

Abaixo, dados estatísticos sobre os critérios de seleção dos beneficiários:



Fonte: gráfico elaborado pela autora deste trabalho a partir de informações disponibilizadas por sistema interno da Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária.